



**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL**  
**ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**ARCIDE COMODORO DALCIN**

**POSTOS DE TRABALHO X AUMENTO POPULACIONAL: UM ESTUDO  
COMPARATIVO ENTRE AS TAXAS DE DESEMPREGO E CRESCIMENTO  
POPULACIONAL POR REGIÃO DO BRASIL DE 2012 A 2022**

**CAXIAS DO SUL**  
**2023**

**ARCIDE COMODORO DALCIN**

**POSTOS DE TRABALHO X AUMENTO POPULACIONAL: UM ESTUDO  
COMPARATIVO ENTRE AS TAXAS DE DESEMPREGO E CRESCIMENTO  
POPULACIONAL POR REGIÃO DO BRASIL DE 2012 A 2022**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito à aprovação da Disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II do curso de Ciência Econômicas da Universidade de Caxias do Sul. Sob orientação da Professora Me. Lodonha Maria Portela Coimbra Soares.

**CAXIAS DO SUL**

**2023**

*Especialmente para minha mãe, Andréa, que sempre está ao meu lado me apoiando e cuidando de mim. Sou grato por todo amor e carinho em todos anos de minha vida. Tenho a certeza que sem ela, não chegaria até aqui. Para minha avó, Neusa, por todo amor e paciência. Para todo sempre com amor e gratidão, pai e avô, Sérgio e Antônio.*

## RESUMO

Este trabalho analisa a taxa de desemprego e o número populacional por faixa etária das regiões do Brasil no século XXI. O presente estudo busca avaliar quais faixas etárias são mais impactadas pelo desemprego e quantas pessoas são afetadas pelo mesmo. O trabalho é composto por quatro capítulos, contendo além da introdução, os capítulos teóricos descritivos com a teoria do trabalho e população, e conceitos e definições sobre o estudo do mercado de trabalho e pirâmides etárias, além do capítulo 4 com a apresentação dos dados e análise comparativa. Os dados analisados são relacionados com as características da formação econômica de cada região, a fim de entender se há relação entre a situação econômica atual com o histórico do número populacional e a taxa de desemprego. Ao final do desenvolvimento é analisada a projeção da população de cada região para avaliar a oferta de mão de obra e políticas públicas das próximas décadas. Quanto às considerações finais, o trabalho apresenta que: as faixas etárias mais jovens são mais impactadas pelo desemprego; não necessariamente ocorre com maiores taxas para as regiões menos desenvolvidas; a oferta de trabalho no Brasil sofre redução no século XXI, com um menor número de jovens e um aumento no número de idosos para cada década.

Palavras-chaves: mercado de trabalho; desemprego; população; faixa etária; desenvolvimento econômico- social.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Diagrama Esquemático da Teoria Keynesiana .....	22
Figura 2 - Modelos genéricos dos estágios da transição demográfica.....	37
Figura 3 - Pirâmide Etária do Brasil por idade e sexo em 2000 .....	39
Figura 4 - Pirâmide Etária do Brasil por idade e sexo em 2022 .....	40
Figura 5 - Taxa de desemprego por faixa etária na Região Norte.....	46
Figura 6 - População por faixa etária na Região Norte .....	48
Figura 7 - Taxa de desemprego por faixa etária na Região Nordeste.....	50
Figura 8 - População por faixa etária na Região Nordeste.....	52
Figura 9 - Taxa de desemprego por faixa etária na Região Centro-Oeste.....	54
Figura 10 - População por faixa etária na Região Centro-Oeste.....	56
Figura 11 - Taxa de desemprego por faixa etária na Região Sudeste .....	59
Figura 12 - População por faixa etária na Região Sudeste .....	61
Figura 13 - Taxa de desemprego por faixa etária na Região Sul .....	63
Figura 14 - População por faixa etária na Região Sul .....	65
Figura 15 - Projeção da participação % das diferentes faixas etárias na Região Norte (2020, 2030, 2040, 2050 e 2060) .....	67
Figura 16 - Projeção da participação % das diferentes faixas etárias na Região Nordeste (2020, 2030, 2040, 2050 e 2060).....	68
Figura 17 - Projeção da participação % das diferentes faixas etárias na Região Centro- Oeste (2020, 2030, 2040, 2050 e 2060).....	69
Figura 18 - Projeção da participação % das diferentes faixas etárias na Região Sudeste (2020, 2030, 2040, 2050 e 2060) .....	70
Figura 19 - Projeção da participação % das diferentes faixas etárias na Região Sul (2020, 2030, 2040, 2050 e 2060) .....	71

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Expectativa de vida no Brasil de 1940 a 2014.....	39
Tabela 2 - Evolução da participação % das regiões brasileiras sobre o PIB.....	45
Tabela 3 - Saldo de empregos formais por faixa etária na Região Norte .....	47
Tabela 4 - Saldo de empregos formais por faixa etária na Região Nordeste .....	51
Tabela 5 - Saldo de empregos formais por faixa etária na Região Centro-Oeste .....	55
Tabela 6 - Produção Industrial por Região do Brasil, de 1940 a 2015 .....	58
Tabela 7 - Quantidade de empresas de desenvolvimento de <i>software</i> de gestão por região brasileira.....	58
Tabela 8 - Saldo de empregos formais por faixa etária na Região Sudeste .....	60
Tabela 9 - Saldo de empregos formais por faixa etária na Região Sul .....	64

## LISTA DE SIGLAS

PIA	População em Idade Ativa
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
1.1	FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA .....	10
1.2	DEFINIÇÃO DAS HIPÓTESES .....	11
1.1.1	<b>Hipótese principal.....</b>	<b>11</b>
1.1.2	<b>Hipóteses secundárias.....</b>	<b>11</b>
1.2	JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TEMA .....	12
1.3	DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS .....	12
1.3.1	<b>Objetivo principal .....</b>	<b>12</b>
1.3.2	<b>Objetivos secundários .....</b>	<b>13</b>
1.4	METODOLOGIA.....	13
<b>2</b>	<b>TEORIA DO TRABALHO E POPULAÇÃO .....</b>	<b>15</b>
2.1	CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE TRABALHO .....	15
2.1.1	<b>Trabalho na visão de Adam Smith .....</b>	<b>16</b>
2.1.2	<b>Trabalho na visão de David Ricardo .....</b>	<b>17</b>
2.1.3	<b>Trabalho na visão de Karl Marx.....</b>	<b>18</b>
2.1.4	<b>Trabalho na visão dos neoclássicos marginalistas .....</b>	<b>19</b>
2.1.5	<b>Trabalho na visão de John Maynard Keynes .....</b>	<b>21</b>
2.1.6	<b>Trabalho na visão dos novos keynesianos.....</b>	<b>23</b>
2.1.7	<b>Trabalho na visão dos neoliberais.....</b>	<b>23</b>
2.2	CONCEPÇÃO TEÓRICA SOBRE POPULAÇÃO.....	24
2.2.1	<b>População na visão de Thomas Malthus.....</b>	<b>24</b>
<b>3</b>	<b>TRABALHO E POPULAÇÃO: CONCEITOS E DEFINIÇÕES.....</b>	<b>28</b>
3.1	ORGANIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO .....	28
3.1.1	<b>Mercado de trabalho formal e informal.....</b>	<b>29</b>
3.1.2	<b>Óticas micro e macroeconômica do mercado de trabalho .....</b>	<b>30</b>



3.1.3	<b>Comportamento do mercado de trabalho</b> .....	31
3.1.4	<b>População economicamente ativa e não economicamente ativa</b> .....	31
3.1.5	<b>Taxa de participação do mercado de trabalho</b> .....	32
3.1.6	<b>Desemprego</b> .....	32
3.1.7	<b>Taxa de ocupação</b> .....	34
3.1.8	<b>O subemprego e a informalidade</b> .....	35
3.1.9	<b>A taxa de rotatividade da mão de obra</b> .....	35
3.2	<b>CRESCIMENTO POPULACIONAL BRASILEIRO</b> .....	36
3.2.1	<b>Pirâmide Etária do Brasil</b> .....	36
3.2.2	<b>Migrações internas no Brasil</b> .....	40
<b>4</b>	<b>ESTUDO COMPARATIVO ENTRE AS TAXAS DE DESEMPREGO E CRESCIMENTO POPULACIONAL POR REGIÃO DO BRASIL</b> .....	<b>43</b>
4.1	<b>TAXAS DE DESEMPREGO E CRESCIMENTO POPULACIONAL POR REGIÃO DO BRASIL DE 2012 A 2022</b> .....	43
4.1.1	<b>Região Norte</b> .....	44
4.1.1.1	Desemprego e população na Região Norte .....	46
4.1.2	<b>Região Nordeste</b> .....	48
4.1.2.1	Desemprego e população na Região Nordeste.....	50
4.1.3	<b>Região Centro-Oeste</b> .....	53
4.1.3.1	Desemprego e população na Região Centro-Oeste.....	54
4.1.4	<b>Região Sudeste</b> .....	57
4.1.3.1	Desemprego e população na Região Sudeste .....	59
4.1.5	<b>Região Sul</b> .....	62
4.1.3.1	Desemprego e população na Região Sul .....	63
4.2	<b>PROJEÇÕES PARA PIRÂMIDE ETÁRIA: IMPACTOS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO</b> .....	65

4.2.1	Impacto da nova estrutura etária sobre o mercado de trabalho das regiões brasileiras.....	66
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	72
	REFERÊNCIAS.....	75

## 1 INTRODUÇÃO

Com as inovações e desenvolvimento das atividades econômicas ao longo dos séculos, sempre houve por parte do ser humano o entendimento de que o emprego gera consequências produtivas e positivas para a sociedade. A criação de novos postos de trabalhos e funções, possibilita o aumento da qualidade de vida das famílias. Com a renda criada tem-se a fomentação de novas atividades e remuneração das existentes.

Este ciclo de desenvolvimento eleva a qualidade e expectativa de vida ao longo do tempo. Deste modo, com o aumento da população, uma maior oferta de empregos se faz necessária para a manutenção de uma maior população.

O Brasil a várias décadas enfrenta desigualdade de distribuição de renda, como parte deste fato, a criação de empregos para população de baixa renda tem importante participação. Com o aumento da população previsto para o país, é necessário que se crie novas ofertas de empregos para busca pela redução da taxa de desemprego no futuro e dessa forma avanços nas condições de trabalho e qualidade de vida.

Portanto, o presente projeto busca analisar as taxas de desemprego e crescimento populacional do Brasil, para entender a formação da população e como é afetado o desenvolvimento econômico do país, especialmente para as classes mais baixas.

### 1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Sabe-se da importância da geração de empregos para a manutenção da renda das famílias e consequente desenvolvimento de um país ou região. Com o aumento da expectativa de tempo de vida nos últimos anos, a partir da metade do século XX, obteve-se um aumento populacional. Ao mesmo tempo, se tem cada vez mais nas empresas, desenvolvimentos tecnológicos, tornando processos feitos antes pelas pessoas, mecanizados e automatizados.

No Brasil, durante o século XXI, percebe-se uma disparidade da taxa de desemprego entre a segunda e a primeira década. Em ambos períodos, ainda que decrescentes, as taxas de crescimento populacional são positivas (ONU, 2022).

O fator aumento de expectativa de vida combinado com o decréscimo do índice de natalidade, gera com o passar dos anos, uma diminuição na População em Idade Ativa (PIA), sugerindo uma menor capacidade de produção.

Diante do exposto, o presente projeto pretende responder as seguintes indagações:

1. Como as taxas de desemprego e crescimento populacional se comportam nas diferentes regiões do Brasil?
2. Como a distribuição da população por faixa etária impacta na taxa de desemprego?
3. Como a atividade econômica afeta o desemprego no Brasil?
4. Qual a relação entre a taxa de desemprego e crescimento populacional no Brasil no século XXI?
5. Como as projeções de aumento populacional afetarão a taxa de desemprego?
6. Qual o impacto do desenvolvimento tecnológico para a taxa de desemprego?

## 1.2 DEFINIÇÃO DAS HIPÓTESES

### 1.1.1 Hipótese principal

No Brasil, o aumento populacional impacta negativamente na taxa de desemprego, especialmente nas faixas etárias mais jovens.

### 1.1.2 Hipóteses secundárias

H1: A população jovem, faixa etária dos 18 aos 25 anos, apresenta a maior taxa de desemprego.

H2: A pirâmide etária tende a se concentrar nas idades mais avançadas (acima de 40 anos), o que gera preocupação quanto a geração de empregos e oportunidades.

H3: Uma maior participação da faixa etária jovem (até 25 anos) na População Economicamente Ativa (PEA), impacta negativamente na taxa de desemprego.

H4: As regiões com menor participação no Produto Interno Bruto (PIB) nacional, possuem as maiores taxas de desemprego.

H5: O Brasil possui expectativa de redução da População em Idade Ativa (PIA), e este fator reduz a expectativa de crescimento potencial do PIB.

H6: As regiões menos desenvolvidas, com menor valor de PIB, possuem maiores taxas de desemprego e crescimento populacional.

H7: O aumento do número da PIA em relação a população total, impacta positivamente no crescimento econômico.

H8: O desenvolvimento de novas tecnologias gera novas oportunidades de emprego e contribui para o crescimento econômico.

## 1.2 JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TEMA

A pirâmide etária do Brasil, combinada com as variáveis de crescimento populacional, permite identificar que o país, durante os anos de 2020 a 2040, passará por um período de bônus demográfico, ou seja, um crescimento maior da População em Idade Ativa em relação a população total.

Identifica-se então, uma oportunidade de desenvolvimento sócio econômico acima do esperado em relação aos outros anos. Porém, a taxa de desemprego cresceu a partir de 2010. Além disso, o Produto Interno Bruto (PIB) apesar de ter crescido 4,6% em 2021, não acompanhou o crescimento de outros países, fazendo com que caísse na colocação do ranking das maiores economias do mundo, passando de 12º lugar para 13º (G1, 2022).

Portanto, tem-se um aumento populacional acompanhado de altas no desemprego, causando preocupações quanto ao desenvolvimento econômico e social do país. Diante disso, o trabalho se justifica por realizar uma análise do crescimento populacional e sua relação com a criação de postos de trabalho no Brasil.

## 1.3 DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS

### 1.3.1 Objetivo principal

Analisar as taxas de desemprego e crescimento populacional no Brasil durante o século XXI, para avaliar como estas variáveis impactam no desenvolvimento econômico e social do país.

### 1.3.2 Objetivos secundários

- a) Constatar se a taxa de desemprego é afetada com uma maior participação dos jovens no mercado de trabalho;
- b) Analisar como a projeção da pirâmide etária no Brasil poderá impactar o crescimento econômico e social no país;
- c) Verificar se as classes sociais e regiões com menor valor de PIB no Brasil, são mais afetadas pelo desemprego;
- d) Demonstrar o comportamento da taxa de desemprego a partir da variação do crescimento do PIB;
- e) Verificar como o avanço tecnológico impacta na criação de empregos no Brasil.

### 1.4 METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa relaciona-se com a capacidade do método para a obtenção de conhecimento e de como fazer ciência prestando novos processos e ferramentas. É uma ciência de apoio para as demais. Por meio da metodologia pode-se criar caminhos e alternativas para a dissolução de problemas que desafiam os propósitos entendidos, buscando resultados para os mesmos (NASCIMENTO, 2016).

Podem ser identificados muitos modelos de pesquisa. Este projeto por ser do curso de Ciências Econômicas, classifica-se na área de Ciências Sociais Aplicadas. A finalidade é classificada como pesquisa básica estratégica, ou seja, volta-se à aquisição de novos conhecimentos direcionados a amplas áreas com vistas à solução de reconhecidos problemas práticos.

Os capítulos dois e três são elaborados por meio de uma pesquisa teórica descritiva, de forma a conceituar os principais indicadores e elementos que formam a base para o problema de pesquisa. Para Gil (2022, p. 41), “as pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno”.

Após compreender os índices acerca de população e desemprego, será elaborado, por meio de um estudo comparativo, a relação entre os dois índices e os impactos para o desenvolvimento social e econômico do Brasil. De acordo com Matias-Pereira (2016, p. 51), “o método comparativo procede pela investigação dos

indivíduos, classes e fenômenos ou fatos, com vista em ressaltar as diferenças ou semelhanças entre eles”.

## 2 TEORIA DO TRABALHO E POPULAÇÃO

A origem da palavra trabalho vem do latim *tripalium*, a que se referia uma ferramenta de madeira que foi utilizada nos primórdios das civilizações para o desenvolvimento agrário. Em muitos conceitos e definições, o trabalho é considerado algo difícil, exaustivo e desconfortável para o ser humano. O termo para se referir a algo como “trabalhoso” é um exemplo disto, remete-se a sacrifício e esforço.

Apesar disso, o trabalho sempre foi o meio pelo qual uma população ou sociedade pôde se desenvolver, tanto em sua estrutura física, por meio de plantações para a alimentação e construções para abrigo, como também intelectualmente através dos estudos filosóficos, físicos, matemáticos, etc.

Desta forma, o presente capítulo traz os principais conceitos e teorias, em relação ao trabalho e a população, desenvolvidos ao longo da história pelos principais pensadores econômicos.

### 2.1 CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE TRABALHO

O trabalho existe desde o início da humanidade, sendo nos primórdios uma atividade de sobrevivência básica. Na antiguidade clássica, nos romanos, egípcios e gregos, originou-se a forma de trabalho escrava, onde pessoas sem meios de produção serviam as que possuíam terras e atividades. Somente a partir da Revolução Industrial, no século XVIII, o trabalho passa a ter uma importância como fator de produção, começando a ser uma atividade organizacional dentro da sociedade.

Esta linha do tempo retrata a forma precária de evolução do ser humano, tendo por muitos séculos se utilizado da mão de obra escrava como meio de transformação dos recursos para obtenção de suas necessidades. No Brasil, conforme Reis (2002, p. 4), “foi sob a exploração desumana do índio e do negro pelos implacáveis colonizadores que se estruturou o sistema de produção para integrar o país na economia mundial”.

Deste modo, pensamentos e estudos a respeito do trabalho sempre se fizeram necessários para o desenvolvimento da sociedade. A visão acerca dos direitos do trabalho, e como se dá a relação deste com a sociedade são fatores que definiram a qualidade de vida do ser humano e contribuíram para a prosperidade. Dentro da



economia, a primeira escola a abordar o trabalho foi a escola clássica, a qual tem como principais autores: Adam Smith e David Ricardo.

### 2.1.1 Trabalho na visão de Adam Smith

Durante o século XVIII, após alguns anos do início da Revolução Industrial na Inglaterra, muitos estudiosos passaram a se questionar quanto a organização dentro das empresas então iniciadas e de como estas impactam na organização social, sendo elas agora o centro da atividade econômica. Conforme Fustfeld (2001, p. 36), “o problema-chave da filosofia social do século XVIII era como a ordem social podia emergir do caos potencial de uma sociedade individualista”.

Muitas destas questões puderam ser respondidas através da obra *A Riqueza das Nações* publicada por Adam Smith em 1776. Este livro, por apresentar diversas reflexões acerca da divisão do trabalho e por ser pioneiro no pensamento das leis econômicas de uma economia competitiva, fizeram o autor ser considerado o pai da economia.

Conforme o comércio expandia-se na Inglaterra, havia a necessidade de expandir-se, por óbvio, também a produção. Smith percebeu que a formação de unidades individuais de organização, as quais preocupavam-se em buscar maiores lucros, criava formas de especialização na produção, provindas da motivação humana em se desenvolver, aumentando assim a produção e o comércio.

Desta forma conforme Brue e Grant (2016, p. 73),

A divisão do trabalho, disse Smith, aumenta a quantidade de produção por três razões. Primeiro, cada trabalhador desenvolve uma habilidade maior na realização de uma simples tarefa repetitivamente. Segundo, economiza-se tempo se o trabalhador precisa ir de um tipo de trabalho a outro. Terceiro, o maquinário pode ser desenvolvido para aumentar a produtividade, uma vez que as tarefas tenham sido simplificadas e feitas habitualmente por meio da divisão do trabalho.

O fator divisão do trabalho e a execução do mesmo, permite a elevação do crescimento de uma nação. Através desta especialização de tarefas, cada indivíduo proporciona um maior valor ao seu trabalho, pois desta forma se produz mais. Para exemplificar como isto ocorre, Adam Smith observou uma empresa de alfinetes e relatou:

Vi uma pequena manufatura desse tipo onde apenas dez homens trabalhavam e onde alguns deles, conseqüentemente, realizavam duas ou

três operações. Mas, embora eles não fossem muito hábeis e, portanto, familiarizados com o maquinário, eles poderiam, se se esforçassem, fazer juntos 12 libras de alfinetes por dia. Há, em uma libra, mais de quatro mil alfinetes de tamanho médio. Aquelas dez pessoas, portanto, poderiam fazer juntas acima de 48 mil alfinetes por dia. Portanto, cada pessoa, ao fazer a décima parte dos 48 mil alfinetes, poderia ser considerada produtora de 4.800 alfinetes por dia. Mas se elas tivessem trabalhado separadas e independentemente, e sem nenhuma delas ter sido treinada para essa operação em particular, certamente cada uma delas não poderia fazer 20 alfinetes, talvez nem um por dia (SMITH, 1776 apud BRUE; GRANT, 2016, p. 73).

Smith acreditava que havia uma “mão invisível” que criava uma harmonia social em meio ao caos da competição individual. Segundo ele, o crescimento econômico parte do “esforço uniforme, constante e ininterrupto de cada homem para melhorar sua condição” – de um esforço comum às pessoas. Logo, o trabalho era o único criador original de valor. Quanto aos empresários, ele considerava que eles sempre irão buscar a maximização dos lucros, usando-se de todos meios para evitar a concorrência e garantir monopólios.

Além de Adam Smith, outro pensador que se destacou na escola clássica foi David Ricardo, por também esclarecer questões pertinentes ao trabalho.

### **2.1.2 Trabalho na visão de David Ricardo**

Apesar de Adam Smith ter sido o criador da escola clássica, foi David Ricardo que alcançou o apogeu com suas teorias de desenvolvimento econômico a respeito da acumulação de capital. Conforme Fufeld (2001, p. 58), “no seu modo de entender, o crescimento do capital era a maior fonte de expansão da economia e toda a política econômica devia ser dirigida para a sua promoção”.

Ricardo entendia a sociedade conforme a perspectiva da teoria do trabalho ou da produção. Concentrou-se claramente nos dois conflitos fundamentais de sua época, sendo, em sua teoria, os interesses dos trabalhadores e dos capitalistas opostos uns aos outros. “Se os salários subirem” – dizia ele – “os lucros terão, necessariamente, de cair”. Assim como, os interesses dos capitalistas e dos proprietários de terra eram sempre opostos. Esperava influenciar o Parlamento em questões políticas na sua época, em especial buscava abolir as leis dos cereais (HUNT; LAUTZENHEISER, 2012).

Para Ricardo, os interesses dos proprietários de terra se opunham às fontes de melhorias do bem-estar social e econômico da Inglaterra, segundo Fusfeld (2001, p. 59)

Ricardo posicionou-se a favor dos industriais. Ele acreditava que os donos de terras seriam os maiores beneficiários de um aumento no preço do trigo na Inglaterra resultante de tarifas mais elevadas, não os agricultores. O alto preço do trigo tornaria viável a expansão do cultivo para terras que, em condições normais, não seriam lucrativas. Nas antigas terras de cultivo de trigo, a renda seria elevada, tirando proveito dos preços mais altos que os agricultores receberiam. Uma proporção maior do produto nacional total seria transferida para as mãos dos donos das terras, e este grupo parasita utilizaria o aumento de sua renda em dispêndios de luxuosos como contratação de empregados ou compra de casas de campo, não em investimento produtivo.

Além de suas considerações sobre preços, lucros e renda, e como estes fatores impactam no mercado de trabalho, Ricardo também buscou explicar como os avanços tecnológicos impactavam no mercado de trabalho e no desemprego. Conforme Hunt e Lautzenheiser (2012, p. 72), ele acreditava que o benefício a população quanto a utilização de máquinas “baseava-se no pressuposto de que os preços de mercado diminuiriam sem problemas e rapidamente e que o trabalho seria realocado sem problemas e rapidamente para aumentar o volume de produção”.

Estes pensamentos tanto de Adam Smith, David Ricardo e a escola clássica surgiram devido ao crescimento e desenvolvimento econômico a partir das indústrias e comércio. Porém, este crescimento não se dava de forma uniforme para a sociedade e este assunto foi amplamente estudado no socialismo moderno, o qual teve como grande autor o revolucionário Karl Marx.

### **2.1.3 Trabalho na visão de Karl Marx**

Karl Heinrich Marx teve ao longo de sua vida inúmeros desafios para poder expressar sua oposição ao modo de organização capitalista. Nascido na Alemanha em 1818, sempre teve grande capacidade intelectual. Estudou direito na busca de seguir carreira no governo, porém por ser contrário aos governos autocráticos da Alemanha, foi impedido. Com isso, buscou estudar filosofia, nesta fase descobriu ser ateu, e isso o impediu de seguir na carreira universitária. Assim, Marx dedicou-se ao jornalismo e a escrever sobre os problemas econômicos (FUSFELD, 2001).

Durante seus estudos, Marx foi influenciado pelas teorias citadas nos capítulos anteriores a respeito de valor e lucro. Porém, ele citava que os autores não tinham total percepção histórica, o que impedia eles de descobrirem que a produção é uma atividade social.

Conforme Marx escreveu em seu livro *O Manifesto Comunista* (1848),

A história de todas as sociedades existentes até hoje é a história da luta de classes. Homens livres e escravos, patrícios e plebeus, lorde e servo, mestre de corporação e jornaleiro, em uma palavra, opressor e oprimido, um mantendo-se em constante oposição ao outro. (...) A moderna sociedade burguesa que germinou das ruínas da sociedade feudal não se livrou do antagonismo de classes. Não fez mais que criar novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das antigas. (MARX, 1848 apud FUSFELD, 2001, p. 83).

Para esta relação entre capitalistas e proletariados, conforme Hunt e Lautzenheiser (2012, p. 136), Marx acreditava que “todo o processo tinha efeitos extraordinariamente perniciosos sobre os operários”. Com isso, a capacidade intelectual, emotiva e estética do ser humano, para os trabalhadores não era desenvolvida, o que os transformavam em meras mercadorias às atividades que sustentavam suas vidas.

Neste sentido, os trabalhadores, na visão dos capitalistas, são considerados uma despesa, algo a ser calculado, como máquinas e matérias-primas para a obtenção de lucro. O próprio emprego e as condições de trabalho, eram determinados pela classe numericamente pequena de capitalistas e pelos cálculos de lucro e não por necessidade ou aspirações humanas, condicionando o operário a uma situação que Marx chamou de *alienação* (HUNT; LAUTZENHEISER, 2012).

Apesar das ideias e análises desenvolvidas por Marx estarem muito associadas ao socialismo, seus trabalhos tratavam a respeito de economias do sistema capitalista. Ou seja, suas contribuições, são aceitas até a segunda década do século XXI para ajudar a entender a estrutura e funcionamento do capitalismo, são advindas da própria análise da sociedade capitalista, com o entendimento e visão por parte do lado do trabalhador.

#### **2.1.4 Trabalho na visão dos neoclássicos marginalistas**

A partir da segunda metade do século XIX, teve início a Segunda Revolução Industrial. A grande expansão econômica desta época, advinda das indústrias,

especialmente de transformação, levou a uma concentração de renda, assim como poder industrial e da riqueza. Esta concentração, por sua vez, eliminou os concorrentes menores, assim como as inovações tecnológicas, restritas a poucas empresas, possibilitaram o atendimento mais amplo de mercado e de forma mais eficiente. Outro fator desta época, foi o grande desenvolvimento do mercado financeiro, concentrando recursos de milhares de indivíduos e empresas para grandes empresas (REBÊLO, 2017).

Diante do desenvolvimento da época, os pensadores econômicos buscaram entender e desenvolver uma nova teoria do valor, diferentemente dos clássicos e da abordagem de Karl Marx. Com isso, no início da década de 1870, três economistas simultaneamente, sem saber do trabalho de um e de outro, abordaram acerca de um novo princípio, o da utilidade marginal. Karl Menger, William Stanley Jevons e Léon Walras, através de diferentes exemplos em seus trabalhos, entendiam que o equilíbrio na economia se dava pelo grau de utilidade dos produtos aos consumidores.

Conforme Fusfeld (2001 p. 115), as principais ideias da economia neoclássica eram as seguintes:

A primeira foi o *princípio equimarginal*: os consumidores alocam seus dispêndios para equalizar os benefícios marginais por unidade consumida e os produtores usam seus recursos para equalizar os lucros marginais por unidade de capital. A segunda foi o princípio da utilidade marginal decrescente: a satisfação marginal diminui conforme aumenta o consumo de um bem. Esse princípio assemelhava-se à ideia clássica de retornos decrescentes da produção: incrementos do produto diminuem de quantidade quando se acrescenta um fator de produção variável a um fator de produção fixo, como o acréscimo de mão-de-obra a uma dada porção de terra. Finalmente, essas ideias levaram ao conceito de equilíbrio geral, no qual a produção adequa-se às preferências do consumidor, e o maior nível possível de satisfação do consumidor era alcançado, dados os recursos e a tecnologia existentes.

Estas ideias levaram a pensar que um sistema livre de mercado tendia a maximizar os benefícios individuais. Com os consumidores tentando maximizar sua satisfação, o nível de produção, capital e trabalho investido seria dado conforme sua necessidade. Com isso, as ideias anteriormente abordadas por David Ricardo e Karl Marx, acerca das questões das classes sociais e seus interesses econômicos, dava lugar a pensamentos quanto ao indivíduo e suas escolhas individuais. Neste caso, os princípios de distribuição de renda foram substituídos pelo consumidor individual como principal determinante da atividade e do progresso econômico (FUSFELD, 2001).

O início do século XX, após a escola neoclássica, é marcado por uma estagnação, especialmente após a Primeira Guerra Mundial. Neste período, diversos fatores na economia são modificados à medida que os avanços industriais e tecnológicos não são mais os mesmos comparado ao século anterior. Com isso, uma nova forma de pensamento econômico surge com John Maynard Keynes, o qual tem suas teorias e análises discutidas e comentadas até então.

### **2.1.5 Trabalho na visão de John Maynard Keynes**

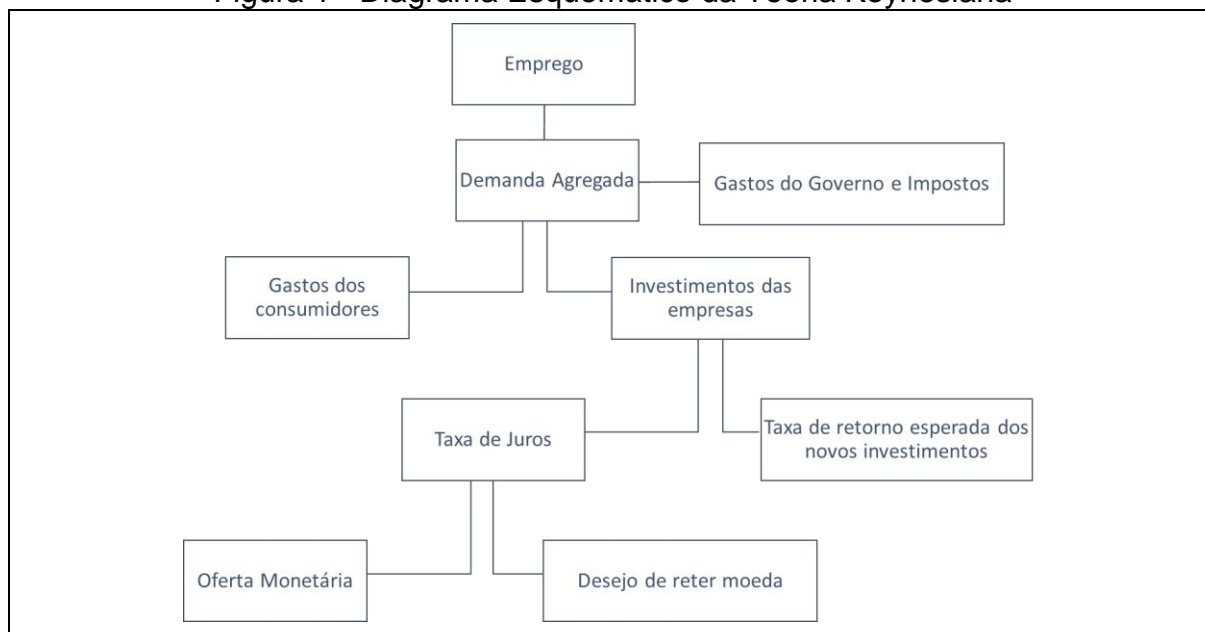
Ao contrário do que pensavam os marginalistas acerca do *laissez-faire*, o período do final do século XIX e início do XX é marcado pelas grandes depressões no sistema capitalista. Observou-se neste período uma elevada concentração de renda, alto desemprego e baixo desenvolvimento social, demonstrando que o sistema capitalista não se ajustou ao equilíbrio de pleno emprego e apresentou instabilidade econômica. Conforme Hunt e Lautzenheiser (2012, p. 220), “o mito do mercado auto ajustado tinha perdido sua utilidade ideológica. A anarquia desregrada do mercado estava se transformando em uma ameaça à própria existência do capitalismo”.

Na tentativa de buscar respostas aos fatos que aconteceram na época, John Maynard Keynes foi responsável por uma revolução no pensamento social e estabeleceu uma nova ortodoxia na área econômica. Através de sua principal obra: Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, Keynes pôde elaborar diversas ideias e políticas que contribuem para o desenvolvimento dos países até o início do século XXI.

A economia keynesiana oferecia algo para todas pessoas da sociedade, por envolver tanto a microeconomia quanto a macroeconomia, além de racionalizar o que as empresas e governo haviam fazendo para contornar os problemas da época. Embora os trabalhadores contrariavam-se de algumas propostas keynesianas, eles aprovaram a maioria delas. O aumento da demanda agregada promoveu melhores condições de trabalho e melhores salários. O governo era estimulado, por meio dos contratos, a tirar a economia da recessão, além de oferecer ao sistema bancário liquidez, segurança e estabilidade. Já os reformistas e os intelectuais, com o aumento no nível de emprego no serviço público, puderam executar com grande entusiasmo as reformas advindas do pensamento keynesiano (BRUE; GRANT, 2016).

A figura 1 demonstra as relações entre as variáveis econômicas que Keynes relacionou e observou o funcionamento. Ele resume que o emprego depende da demanda agregada, ou seja, está diretamente ligado aos gastos de consumo e investimento das empresas e governo.

Figura 1 - Diagrama Esquemático da Teoria Keynesiana



Fonte: FUSFELD (2001, p. 177)

A partir do diagrama pode se destacar as seguintes relações fundamentais:

1) Numa economia de iniciativa privada, o emprego depende do total gasto com consumo e investimento; 2) Os gastos dos consumidores são essencialmente passivos. Movem-se para cima ou para baixo conforme a renda aumenta ou diminua; 3) Os investimentos das empresas, no entanto, podem flutuar amplamente em resposta a (i) alterações na taxa de juros e (ii) a taxa de retorno esperada dos novos investimentos; 4) As taxas de juros, por sua vez, dependem (i) da oferta de moeda, que pode ser controlada pelas autoridades monetárias, e (ii) do desejo do público e das empresas de reter moeda; 5) Além disso, uma política de estabilização da economia pode requerer ação direta do governo para aumentar ou diminuir a demanda agregada por meio de alterações nos gastos do governo ou nas receitas de impostos (FUSFELD, 2001, p. 178).

Estas relações obtidas pelos trabalhos realizados por Keynes, demonstram a visão que tinha a respeito da interferência do governo na economia. Como o controle das políticas fiscal e monetária eram essenciais para a regulação do mercado.

Após a Segunda Guerra Mundial e com a criação do Fundo Monetário Internacional, as ideias de Keynes foram amplamente divulgadas como forma de estabilização da economia, e com isso surgiram as escolas pós-keynesianas e dos novos keynesianos.

### **2.1.6 Trabalho na visão dos novos keynesianos**

Os primeiros autores e pensadores econômicos, seguidores de Keynes, surgem a partir das décadas de 1960 e 1970, formando a escola pós-keynesiana. Estes autores destacam a volatilidade do nível de investimento, as quais impactam em alterações de previsões e expectativas sobre o futuro. Além disso, ressaltam a instabilidade da economia de iniciativa privada moderna e a incerteza do comportamento econômico (FUSFELD, 2001).

A partir da década de 1980, surge a escola dos novos keynesianos. Estes, diferentemente dos pós-keynesianos, após um período de estagflação<sup>1</sup>, voltam-se a buscar entender o problema chave da questão keynesiana: os motivos da recessão. Os pós-keynesianos rejeitam a ideia dos novos keynesianos quanto a teoria do valor restabelecida através dos estudos de David Ricardo e os apelos para as políticas de renda.

Quanto aos motivos da recessão, conforme Brue e Grant (2016, p.496), a resposta dos neokeynesianos “é que as quedas na demanda agregada produzem redução na produção real e aumento correspondente no nível de desemprego, porque o nível do preço e os salários nominais são inflexíveis para baixo”.

### **2.1.7 Trabalho na visão dos neoliberais**

O término da Segunda Guerra Mundial e a busca pelo Estado de bem-estar social entre as nações, provocou para as indústrias, especialmente as de grande porte, um aumento no pagamento de impostos para a manutenção da máquina estatal. Esta nova teoria econômica surge após três décadas de tranquilidade capitalista e formação de um deslumbrante Estado do bem-estar social na Europa. Passava-se então, o capitalismo a demonstrar sinais de crise cíclica em nível de estrutura. Os problemas econômicos e crises expostas neste momento eram: crise fiscal do Estado, crise do keynesianismo, crise estrutural do capitalismo, crise energética ou do petróleo, crise dos juros e crise da hegemonia norte-americana (GENNARI; OLIVEIRA, 2009).

---

<sup>1</sup> Ocorre quando um país ou região enfrenta um período de baixo crescimento econômico ou queda na atividade econômica, acompanhado de alta nos preços (inflação).



Estas crises possibilitaram a aderência deste novo pensamento econômico liberal, ganhando espaço nas mídias e nos partidos políticos ao redor do mundo.

Assim surgiu um conjunto de recomendações que logo ganharam a aparência de uma espécie de “receita de bolo”, com alguns ingredientes indispensáveis como: estabilidade monetária, reforma fiscal, disciplina orçamentária (corte dos gastos sociais), controle dos juros e da base monetária, reforma tributária, contenção salarial, redução drástica dos gastos públicos, de preferência com a existência de superávit primário (descontados os juros), privatização, desregulamentação, abertura de mercados, liberdade para os fluxos financeiros, etc. Ou seja, o “mercado” seria o eixo sobre o qual deveria girar toda a atividade econômica e social (GENNARI; OLIVEIRA, 2009, p. 322).

Deste modo, após este breve histórico apresentado acerca do pensamento econômico e teorias sobre o trabalho, apresenta-se a seção 2.2 com a concepção teórica sobre população, destacando a teoria malthusiana.

## 2.2 CONCEPÇÃO TEÓRICA SOBRE POPULAÇÃO

Por se tratar de uma ciência social, o estudo do indivíduo, assim como a organização populacional é um estudo feito na área das ciências econômicas. Diversos foram os economistas que ao longo da história buscaram entender o comportamento da população e de como se dava o crescimento da mesma. A teoria que mais se destaca neste tema é a malthusiana, que será abordada neste subitem.

### 2.2.1 População na visão de Thomas Malthus

Thomas Robert Malthus<sup>2</sup> teve sua carreira de economista e matemático durante uma época em que os conflitos de classes eram elevados, o que refletiu a autoria das suas obras a respeito desse assunto. Havia dois conflitos principais. Primeiro, a classe operária, desempenhou enormes sacrifícios impostos pelas novas indústrias da época da Revolução Industrial, o que provocou não somente angústias sociais e econômicas, mas também a opressão legislativa e política. Em segundo, com a evolução das indústrias e o crescimento econômico concentrado obtido, a nova classe capitalista industrial travou um conflito com a antiga classe proprietária de

---

<sup>2</sup> Thomas Robert Malthus (1766-1834) nasceu na Inglaterra, filho de uma família inglesa de posses. É considerado o pai da demografia, por sua contribuição quanto à organização da população na economia e sua teoria de controle de aumento populacional, conhecida como malthusianismo.

terras quanto ao controle do Parlamento inglês. Este conflito visava a decisão de como se daria a economia da Inglaterra para os próximos anos, seria em uma economia agrícola autossuficiente ou transformada para dedicar-se somente à produção industrial (HUNT; LAUTZENHEISER, 2012).

O processo de transição da economia agrária, fundamento no sistema feudal, para o de industrialização e formação das grandes cidades, refletiu em níveis de pobreza e condições humanas jamais vistas, dado o aumento populacional ocorrido. Conforme Hunt e Lautzenheiser (2012, p. 49),

[...] não pode haver dúvida de que o capitalismo industrial foi construído com base no sofrimento vil da classe operária, à qual era vedado o acesso aos frutos da economia em rápida expansão e que era sujeita aos excessos mais degradantes para aumentar os lucros dos capitalistas.

Logo, neste cenário, o ponto central de discussão dos intelectuais e acadêmicos voltou-se a radicalização da pobreza e de como as políticas deveriam auxiliar estas pessoas, no sentido de fornecer-lhes auxílio ou não, afim de estabelecer uma melhor qualidade de vida nas cidades superpopulosas da época.

Os pensadores William Godwin e Marquês de Condorcet tiveram influência nos trabalhos desenvolvidos por Malthus, que escreveu e procurou desenvolver ideias contrárias a estes dois pensadores. Tanto Godwin como Condorcet acreditaram e apoiaram uma sociedade mais igualitária, para ambos, o aumento populacional não seria um problema. Para Malthus, essas teorias não eram válidas, e em seus trabalhos procurou demonstrar, através de uma visão conservadora, como a população deveria ser contida e como a falta de alimentos impactaria neste sentido.

A teoria da população de Malthus tinha como principal lei: a população aumenta geometricamente, enquanto os meios de subsistência aumentam aritmeticamente. Dessa forma, um aumento descontrolado da população, causaria fome e miséria para grande parte da população. Ele reconhecia que havia dois tipos de controles para este aumento: os controles preventivos e positivos.

Os controles preventivos são aqueles que reduzem a taxa de natalidade. Malthus acreditava na restrição moral, ou seja, as pessoas que não pudessem sustentar filhos não deveriam se casar ou adiar o casamento. Quanto ao controle de natalidade mecânico, onde seria limitado o número de filhos por casal, Malthus não estava de acordo, pois acreditava que isto limitaria a expansão natural e adequada da população no mundo. Quanto aos controles positivos, os quais aumentam a taxa de

mortalidade, eles seriam impostos em casos onde os controles preventivos não pudessem atuar. Ou seja, em caso de rápido crescimento da população, por não praticarem a restrição moral, a demanda por alimento aumentaria além da oferta (BRUE; GRANT, 2016).

Conforme a teoria da população desenvolvida, Malthus acreditava que o auxílio concedido aos pobres era incorreto e não deveria existir. Era muito claro para ele que as classes existiam por conta do nível moral, onde os ricos possuíam um alto nível e os pobres baixo. A sua opinião e teses escritas contribuíram para que a Inglaterra, durante a metade do século XIX, adotasse uma emenda, criando a Nova Lei dos Pobres<sup>3</sup>, implicando condições severas e intolerantes aos pobres da época.

Em uma de suas duras declarações, quanto às leis dos pobres, Malthus escreveu:

Um homem que nasceu em um mundo já ocupado, se não puder obter subsistência com seus pais, com quem ele tem uma demanda justa, e se a sociedade não quiser seu trabalho, não terá direito à menor porção de alimento e, na realidade, não tem de estar onde está. No banquete vigoroso da natureza, não há abrigo livre para ele. Ela lhe diz para ir embora e executará rapidamente suas próprias ordens, se ele não contar com a compaixão de alguns de seus convidados. Se esses convidados levantarem e abrirem espaço para ele, outros intrusos imediatamente aparecerão, exigindo o mesmo favor (...) A ordem e a harmonia do banquete serão perturbadas, e a fartura que antes reinava será transformada em escassez. (MALTHUS, 1817 apud BRUE; GRANT, 2016, p. 95).

Os pensamentos eram evidentes da realidade de quem pôde ter condições de riqueza em sua época. Ao ter abrigo, alimento e principalmente a oportunidade de ao longo de sua vida, dedicar-se a estudos, Malthus relatou de forma muito dura o comportamento das pessoas com menos condições do que ele, sem de fato encontrar soluções práticas aos grandes problemas sociais gerados pela onda de industrialização da época. Deste modo suas contribuições não foram do mesmo nível e importância como de autores já citados neste capítulo. Entretanto, foram essenciais para as perspectivas de crescimento e natalidade da população da época, contribuindo para trabalhos e estudos até início do século XXI.

Este breve histórico apresentado neste capítulo, demonstra os principais pensamentos econômicos acerca do trabalho e população ao longo da história

---

<sup>3</sup> A Nova Lei dos Pobres tem início em 1834, a partir de questionamentos da classe média e alta quanto ao gasto público com a então atual Lei dos Pobres. Esta emenda alterou, basicamente, a assistência, tornando-a uma espécie de vigilância e controle social dos pobres.

humana. No capítulo três, a seguir, serão apresentados os principais conceitos e definições relacionados ao trabalho, como desemprego e taxa de rotatividade, e população, como pirâmide etária.

### 3 TRABALHO E POPULAÇÃO: CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Durante a evolução do ser humano, desde a pré-história, o desempenho de alguma atividade sempre teve importância para expansão intelectual e prosperidade dos povos. Com o desenvolvimento das civilizações e organização de mercados de trabalho ao longo de vários séculos, o emprego passou a existir como forma principal de atividade e renda das famílias.

As demandas e necessidades criadas pelas pessoas e empresas ao longo do tempo são as principais fontes de criação de postos de trabalho. Estes postos dão origem à formação do mercado de trabalho e a ocupação ou desocupação dos mesmos que caracterizam parte importante da economia.

Diante do exposto, o presente capítulo tem por objetivo realizar uma abordagem sobre o mercado de trabalho, conceituando as principais variáveis do mesmo que servem de base para definição de políticas de desenvolvimento econômico e social.

#### 3.1 ORGANIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho é dado pela oferta da mão de obra, e pela demanda das empresas. Na maioria das vezes cabe aos governos e às entidades relacionadas ao trabalho, auxiliarem a encontrar um equilíbrio no mercado por meio de incentivos fiscais para as empresas e bem-estar dos trabalhadores. No entanto, também pode ocorrer a autorregulação, o que é cada vez mais complexo tendo em vista a dimensão deste mercado.

Dessa forma, em nossa história, os trabalhadores sempre agirão de maneira a maximizar seu bem-estar. As decisões de milhares deles geram a oferta de trabalho da economia não só em termos do número de pessoas que entram no mercado, mas também da quantidade e qualidade de qualificações disponíveis para os empregadores (BORJAS, 2012, p. 21).

Do outro lado, tem-se a demanda de trabalho, esta ocorre por necessidade das empresas. Neste contexto, as empresas são as intermediárias que contratam os trabalhadores para a produção dos bens e serviços demandados, assim como há demanda por insumos no processo produtivo, esta demanda variada é resultado dos desejos dos consumidores (BORJAS, 2012).

Esta procura e oferta acaba gerando dados quanto a movimentação no mercado de trabalho e estes são analisados para indicar o comportamento da economia no país ou região. Portanto, classificações quanto ao mercado, seu comportamento, taxas de ocupações e desocupações, são exemplos de indicadores desta área da economia e que refletem a condição da sociedade inserida no mercado de trabalho.

### **3.1.1 Mercado de trabalho formal e informal**

Conforme há o encontro entre a necessidade de mão de obra específica e o trabalhador, ambos entram em consenso a respeito da forma de trabalho e acerto salarial. De um modo geral, este acordo pode ocorrer de modo formal ou informal. O mercado formal é aquele considerado para a análise da taxa de desemprego, e é o padrão por lei quando uma pessoa é contratada por uma empresa.

Na experiência brasileira, a formalidade é explicada pela existência da carteira de trabalho para os assalariados, pela contribuição à Previdência pelo registro municipal para os autônomos e pela constituição de uma empresa para os empregadores. O cumprimento ou não das normas legais explica uma segmentação do mercado de trabalho entre formal e informal (DEDECCA, 1998, p. 98).

Por outro lado, o mercado informal de trabalho é onde as regras de funcionamento são definidas sem as leis trabalhistas determinadas pelo governo. Apesar da porção do trabalho informal ser relativamente grande, em países emergentes como o Brasil, a dinâmica econômica, as políticas públicas e os dados informados sempre são baseados pelo setor formal. A parcela do mercado informal está intrinsecamente ligada ao sistema de produção e suas variáveis, o que é responsável pelo volume de empregados no mercado formal de trabalho. (CHAHAD, 2017).

Neste mercado de trabalho, a questão social deve ser cuidadosamente vista e analisada. Entende-se que uma maior procura por funções não formais, é ocasionada por falta de oportunidades no trabalho formal. Com isso, eleva-se a probabilidade dos trabalhadores se submeterem a situações não dignas de trabalho, com excesso de horas trabalhadas e más condições de ambiente.

### 3.1.2 Óticas micro e macroeconômica do mercado de trabalho

Dado o tamanho e as diferentes movimentações encontradas no mercado de trabalho, tem-se muitas perspectivas e pontos de vista para análise de suas variáveis, como nível de salário, taxa de emprego/desemprego, desigualdade de renda, etc. Deste modo, a ótica quanto ao mercado de trabalho, divide-se em duas grandes visões: econômica e social.

Segundo Oliveira e Piccinini (2011), na visão econômica, no sentido clássico o trabalho é um produto, no qual os trabalhadores são vendedores, os empregadores, compradores e os salários, o preço. As diferenças de preço entre companhias serão reduzidas com o livre deslocamento dos trabalhadores entre organizações, o que permite que, eventualmente, se alcance o equilíbrio dos salários em todo o mercado.

Em uma divisão microeconômica e macroeconômica, percebe-se a relevância de alguns fatores para cada olhar. Na microeconomia avalia-se o nível dos preços praticados para venda, o qual impacta na formação de salários e empregos nas firmas. E pela macroeconomia, determina-se o nível de oferta e demanda agregada, fatores que impactam no produto interno bruto do país ou região e consequentemente na contabilidade social.

Para a teoria institucional do mercado de trabalho, as normas e as formas de capacitação, seleção e remuneração dos trabalhadores não seguem simplesmente a lógica da competência e do mercado. Médias e grandes empresas – independente da existência e interferência de sindicatos – definem suas próprias regras e práticas de como preparar os trabalhadores para os postos, como pagá-los, atribuir-lhes funções, bem como as promoções internas no âmbito da organização. Todos os ofícios e profissões, bem como certas empresas, se orientam por regras institucionais, em vez da simples lógica mercantil da oferta e da demanda. Os profissionais se movem e competem em segmentos/ramos específicos do mercado de trabalho, de modo que não ocorre competição direta por postos oferecidos em diferentes setores (OLIVEIRA; PICCININI, 2011, p. 1528).

Logo, parte-se do entendimento que o mercado de trabalho reflete uma visão intrínseca dos ramos empresariais, afetando os trabalhadores no âmbito social. Desta forma, o seu comportamento define as características do trabalhador e das firmas pelas óticas econômica e social.

### 3.1.3 Comportamento do mercado de trabalho

Pelo mercado de trabalho está diretamente associado com a população e aos níveis de produção, a análise do mesmo deve ser feita com base nestes outros fatores econômicos. Como principal indicador social no mercado de trabalho, temos a taxa de desemprego e como fator produtivo, temos o PIB.

No curto prazo, no chamado ciclo de conjuntura, onde os ciclos de expansão e recessão econômica ocorrem com maior rapidez, estes indicadores possuem relação direta, ou seja, se um eleva-se o outro eleva-se também. Já para longo prazo, a análise deve ponderar outros indicadores e especificidades do país ou região. Uma tendência padrão para o longo prazo, é que os indicadores sempre evoluam, ou seja, o crescimento econômico seja maior e a taxa de desemprego menor.

Deste modo para o mercado de trabalho, conforme Chahad (2017, p. 462), “as modificações das principais variáveis que o compõem – salários, emprego, desemprego, rotatividade e produtividade – são condicionadas tanto pelo nível como pela flutuação da atividade econômica”.

O entendimento de como há a disponibilidade de pessoas aptas para o mercado de trabalho é dado através da conceituação de população economicamente ativa. Este número de pessoas, denota a disponibilidade das empresas para contratar.

### 3.1.4 População economicamente ativa e não economicamente ativa

Dentro do mercado de trabalho, distingue-se os indivíduos pela idade, de modo a determinar a aptidão para executar um trabalho e serem considerados em idade economicamente ativa. Ou seja, os governos devem estabelecer uma faixa de idade para a pesquisa domiciliar considerar indivíduos em idade ativa. Nesta faixa, que no Brasil é de abaixo de 14 anos e acima de 65, entende-se que a preocupação é de que o cidadão tenha condições de estudo e preparação, no caso dos jovens, e na idade mais avançada que se tenha o direito à aposentadoria.

As classificações da população têm caráter fundamental para determinar a força de trabalho de um país, e conseqüentemente avaliar o desempenho econômico e social do mesmo.

Entende-se por PEA o conjunto de elementos empregados-ocupados (E) e desempregados-ocupados (D), em certo momento, captado por um inquérito estatístico de natureza domiciliar, com base na definição de atividade



econômica dos indivíduos. A PEA é um subconjunto da população em idade ativa (PIA) [...] (CHAHAD, 2017, p. 464).

A pirâmide etária formada em cada país determina a força de trabalho disponível para o mercado e o quanto ela pode sustentar as duas extremidades. Ou seja, um maior número de pessoas em idade economicamente ativa permite a população mais recursos e movimentação na economia.

### **3.1.5 Taxa de participação do mercado de trabalho**

Este indicador demonstra qual a parcela da PEA disponível para ingresso no mercado de trabalho, informando aproximadamente o volume de oferta de trabalho imediatamente disponível na economia. A taxa pode ser aplicada para outras características demográficas e sociais, como sexo, idade, estado civil, etc.

De acordo com Chahad (2017, p. 468), como regra geral para todo país, observa-se que a taxa de:

- a) participação masculina é maior que a feminina, pois os afazeres domésticos não são considerados ocupações economicamente ativas e são exercidos majoritariamente por mulheres;
- b) participação adulta é maior que a participação jovem ou idosa. A necessidade de educar e a aposentadoria são as explicações tradicionais para a menor participação desses dois últimos grupos;
- c) participação feminina tende a crescer com o desenvolvimento econômico, seja porque aumentam as oportunidades de emprego para as mulheres, seja porque o próprio papel delas com relação ao trabalho é visto de forma integrativa.

A elevação da taxa de participação representa um número maior de pessoas inseridas no mercado de trabalho, contribuindo para o nível de renda das famílias e consequente crescimento econômico.

### **3.1.6 Desemprego**

A taxa de desemprego representa, de forma geral, a incapacidade de inserção da mão de obra disponível no mercado de trabalho, refletindo em ociosidade da

mesma e perda de valor de produção nacional. Esta taxa é calculada a partir dos indivíduos desocupados que estão à procura de emprego, sobre o total da PEA.

Abaixo, conforme Chahad (2017, p. 469), temos os principais motivos da importância desse indicador para economia:

- a) representa o principal indicador do desempenho da atividade econômica de um país, estado ou região;
- b) representa a saúde econômica do país e o nível de bem-estar da população;
- c) indicador do comportamento do setor produtivo: se o desemprego for baixo é porque as empresas estão elevando o nível de contratações e sua produção e vice-versa;
- d) revela o grau de eficiência econômica do sistema produtivo. Se há trabalho ocioso em decorrência do desemprego, então, existem fortes indícios de que outros recursos produtivos da economia também estão ociosos;
- e) do ponto de vista social e humanitário, impõem pesados custos às famílias e aos indivíduos. Ele leva à perda do conjunto de conhecimentos, experiências e habilidades do trabalhador;
- f) impõem pesados custos psicológicos e emocionais que se tornam mais graves com o prolongamento do período de desemprego. Do ponto de vista profissional, ficar sem trabalho leva à deterioração do capital humano do indivíduo, ou seja, leva degradação aos indivíduos e família, associando-se a problemas como separação conjugal, doenças mentais, suicídios e outros tipos de violências.

Alguns fatores causam discussão quanto a determinação do número de desempregados, como por exemplo: a vontade e determinação em busca da oferta de trabalho, a computação do trabalho ocasional, e principalmente, o trabalho precário. Estes fatores levam à subestimação do índice de desemprego.

Por entender que o desemprego pode ocorrer em diferentes situações, classifica-se o mesmo de diferentes formas, sendo elas: friccional, sazonal, estrutural e cíclico.

De acordo com Borjas (2012, p. 570),

O desemprego friccional aparece porque trabalhadores e empresas precisam de tempo para localizar um ao outro e para pensar sobre o valor desse "casamento". A existência do desemprego friccional não sugere que haja um

problema estrutural fundamental na economia, como um desequilíbrio entre o número de trabalhadores procurando empregos e o número de vagas disponíveis.

O desemprego sazonal é previsível, sendo que ocorre quando determinada empresa ou mercado passa por alguma alteração ou reconstrução. Sua preocupação para os governos é baixa, considerando que geralmente o empregado voltará para o seu posto anterior. A maior preocupação está para o desemprego estrutural. Nesta classificação, o número observado indica uma falta de capacitação da mão de obra perante as vagas ofertadas.

As prescrições políticas para esse tipo de desemprego estrutural são muito diferentes daquelas que reduziram o desemprego friccional ou sazonal. As qualificações são o problema e os desempregados estão equipados com o capital humano que não é mais útil. Portanto, para reduzir o desemprego, o governo teria que oferecer programas de capacitação que “injetariam” os tipos de qualificações agora em demanda nos trabalhadores que estão fora do mercado (BORJAS, 2012, p. 571).

Pode também ocorrer neste caso, o desequilíbrio estrutural mesmo com as qualificações perfeitamente disponíveis entre os trabalhadores. Esse desequilíbrio entre o número de trabalhadores procurando trabalho e o número de empregos disponíveis ocorre quando a economia está em recessão. Nestes casos, o número de empregados demandados pela empresa é menor para satisfazer a necessidade de produção, o que faz com que muitos trabalhadores sejam demitidos, gerando desemprego cíclico (BORJAS, 2012).

A taxa de desemprego é a mais comum para análise do mercado, porém existem outros indicadores importantes relacionados ao mercado de trabalho, como a taxa de ocupação e o subemprego, o qual é gerado principalmente a partir de taxas altas de desemprego.

### **3.1.7 Taxa de ocupação**

Diferentemente da taxa de desemprego, a taxa de ocupação procura medir o percentual de pessoas ocupadas. Assim como o desemprego, é calculada sobre o total da população economicamente ativa, demonstrando a parcela da população que está exercendo alguma atividade econômica.

Com o avanço tecnológico dentro das empresas, o nível de emprego desejado talvez não seja alcançado considerando um aumento na população. Desta forma, esta

taxa também representa uma capacidade da economia em absorver o crescimento da população, o que demonstra o comportamento da firma quanto a esses avanços tecnológicos (CHAHAD, 2017).

Há também nesta taxa, questões levantadas quanto a sua veracidade, principalmente sobre a consideração de subempregos e trabalhos precários.

### **3.1.8 O subemprego e a informalidade**

Uma baixa oferta de empregos no mercado, acarreta, para as pessoas desempregadas, uma procura por serviços remunerados ou assalariados de maneira não formal. Esta situação ocorre em momentos em que a economia do país ou região não se encontra em pleno desenvolvimento, causando ineficiência no mercado de trabalho e no desenvolvimento social.

Historicamente, o subemprego tende a representar a parcela da população subutilizada em decorrência do padrão de crescimento adotado, que exclui inúmeros segmentos da população do desempenho de atividades econômicas produtivas. Além disso, o subemprego tem grande aceitação como conceito referente ao problema ocupacional no meio rural, onde reflete a porcentagem de ocupados em atividades de baixa produtividade agrícola. Igual conceito também se aplica ao meio urbano, mas recentemente a definição de subemprego ganhou nova roupagem, sob o título de mercado ou setor informal de trabalho, em que muitos mais que um problema conceitual ou de mensuração, discute-se a importância do núcleo capitalista de produção no surgimento e no desenvolvimento de atividades econômicas marginais e/ou informais (CHAHAD, 2017, p. 474).

Esta informalidade, quando alta em determinado país, é reflexo de precariedade no mercado de trabalho, afetando a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho formal, assim como a rotatividade nas empresas.

### **3.1.9 A taxa de rotatividade da mão de obra**

As situações de dispensa, demissão ou rescisão de contrato, tanto por parte das firmas como do empregado, podem representar desemprego ou rotatividade da mão de obra. Ambas se diferenciam pelo fato de haver ou não a substituição da mesma, sendo normalmente, a situação de não substituição ocasionada em momentos de baixa produtividade econômica. Este movimento, estimulado por vezes

por parte das firmas ou por parte dos empregados, é gerado devido a variável rotatividade estar atrelada ao movimento cíclico da economia.

Em período de recessão, em que diminuem as oportunidades de emprego, os trabalhadores reduzem sua mobilidade entre empregos, isto é, provocam menos rotatividade. Já as firmas parecem ter um comportamento ambíguo. Por um lado, com maior volume de desemprego e, portanto, de trabalhadores disponíveis no mercado, podem trocar aqueles menos qualificados por outros de maior experiência e qualificação. Porém, por outro, dependendo da severidade e duração da recessão, tentam segurar segmentos de seus trabalhadores mais qualificados em que despenderam significantes custos de treinamento. Ademais, existem também os custos de contratação e de dispensa, que obrigam a firma a reter os trabalhadores mais qualificados em suas fileiras (CHAHAD, 2017, p. 476).

As variáveis citadas neste capítulo são avaliadas e estudadas periodicamente pelos governos federais, estaduais e municipais, com o objetivo de avaliar a qualidade do mercado de trabalho e oferecer melhor condição de vida para a população. Neste sentido, juntamente com estes dados, é necessário acompanhar o crescimento populacional da região, com intuito de entender o tamanho da oferta de trabalho e as ações necessárias para atendê-la.

## 3.2 CRESCIMENTO POPULACIONAL BRASILEIRO

As taxas de mortalidade, natalidade, fecundidade e migração, ou seja, os elementos da dinâmica populacional têm relação direta com o desenvolvimento socioeconômico do país ou região. Desta forma, devem ser inseridos nos processos de análises, considerando-se também as condições de educação, moradia, renda, desenvolvimento social e humano de determinada região (SILVEIOL; GOIS, 2020).

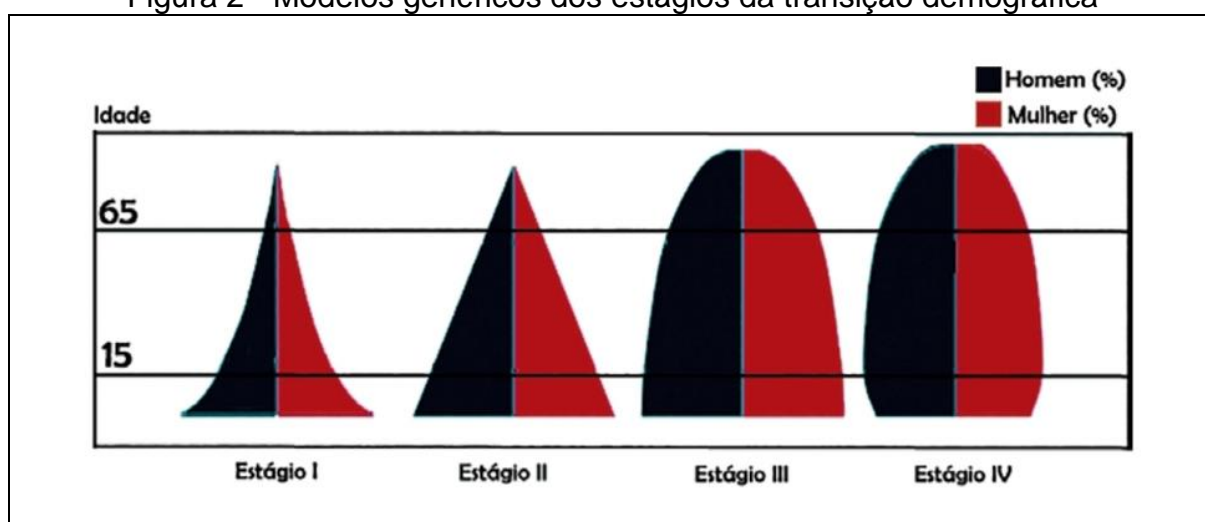
### 3.2.1 Pirâmide Etária do Brasil

As pirâmides etárias possibilitam a análise da estrutura de uma população por faixa etária. Através delas é possível identificar se determinada população é composta majoritariamente por jovens, adultos ou idosos, por homens ou mulheres, e inclusive permite interpretações a respeito das taxas de natalidade, fecundidade e expectativa de vida. A estrutura desta forma representativa de uma população traz o número de jovens em sua base (parte inferior), o número de adultos no seu corpo (parte intermediária) e idosos no topo (parte superior). Possui um eixo horizontal, o qual

indica a quantidade de habitantes, em termos absolutos ou percentuais, e outro vertical, que indica faixa etária da população (as idades) (DANTAS; MORAIS; FERNANDES, 2011 apud SILVEIOL; GOIS, 2020, p. 98).

O comportamento da pirâmide etária ao longo de décadas, permite analisar um fenômeno chamado de transição demográfica<sup>4</sup>. Segundo Silveiol e Goes, “o desenvolvimento econômico e o processo de modernização das sociedades seriam fatores responsáveis pelas modificações no ritmo do crescimento da população”. Esta transição, de maneira geral, é dividida em quatro fases. Para exemplificar, a figura 2 apresenta genericamente os estágios da transição demográfica.

Figura 2 - Modelos genéricos dos estágios da transição demográfica



Fonte: 7 Bilhões de Habitantes no Mundo (2011, documento *on-line*).

A primeira fase tem início com a lenta redução da mortalidade e as taxas de natalidade e fecundidade mantendo-se altas, devido ao progresso nas atividades econômicas e à urbanização das cidades. Na segunda fase, conforme há uma melhora na qualidade de vida, há uma redução na taxa de fecundidade e da mortalidade, elevando a expectativa de vida, fazendo com que o corpo da pirâmide tenha maior participação sobre o total da população.

As fases três e quatro são marcadas pelo aumento da população, concentrando os a maior parte na fase adulta e idosa. Ocorre pelo fato das taxas de natalidade, mortalidade e fecundidade se reduzirem, impactando na redução do número de jovens. Logo, a pirâmide etária dos países sofre, ao longo dos anos,

<sup>4</sup> A teoria da transição demográfica, proposta nas primeiras décadas do século XX, foi elaborada com o objetivo de entender a relação entre o crescimento populacional e o desenvolvimento econômico.

alterações e mudanças que impactam no desenvolvimento econômico e social do mesmo.

Para o Brasil, já se teve diversos desenhos quanto à pirâmide etária, o que demonstra os diferentes períodos econômicos e de desenvolvimento que o país já passou. Até o final do século XIX, o Brasil apresentava baixo crescimento vegetativo<sup>5</sup>, tendo um alto percentual para as taxas de natalidade e mortalidade. O crescimento populacional nesse período deve-se pelo fluxo de escravos africanos ao país até 1860 e por movimentos migratórios provenientes da Europa. Durante os anos de 1900 a 1940 houve uma duplicação da população brasileira, saindo de 18 milhões de habitantes para 41 milhões (RIGOTTI, 2012 apud SILVEIOL; GOIS, 2020, p. 226).

As transformações, porém, na estrutura da pirâmide etária, se mantinham iguais, pois não havia alteração na taxa de natalidade e mortalidade. Somente a partir da metade do século XX, com o descenso dos níveis de mortalidade, com a queda das taxas de mortalidade infantil e o aumento da esperança de vida ao nascer que se passou a ter modificações na estrutura (VASCONCELOS; GOMES, 2012).

A redução da mortalidade a partir da década de 1950 se deveu à expansão da urbanização nas principais regiões do país, o que impulsionou a construção de infraestruturas e melhorias na assistência básica à população, como saúde e regulamentação trabalhista. Além disso, houve também um grande avanço na ciência e na medicina, que repercutiram na redução e no controle de dezenas de doenças (SILVEIOL; GOIS, 2020, p. 226).

O desenvolvimento econômico gerado durante o ciclo do café, na região sudeste, provocou diversos desdobramentos como o fortalecimento da pecuária e o fomento estatal e privado ao processo de industrialização. Com isso, o crescimento da urbanização desta região, impulsionou diversos fluxos migratórios entre as décadas de 1950 e 1960, quando muitas pessoas se deslocaram do Norte e Nordeste para o centro-sul em busca de novas oportunidades. Na região de emigração, isto impactou negativamente, fazendo com que tivesse um desenvolvimento tardio (SILVEIOL; GOIS, 2020, p. 234).

A partir de 1980 até 2000, as quedas nas taxas de mortalidade e de fecundidade foram acentuadas para todas as regiões. A seguir apresentam-se os dados de expectativa de vida no Brasil de 1940 a 2014.

---

<sup>5</sup> Crescimento vegetativo: é a diferença entre a natalidade e a mortalidade, geralmente ele é expresso pela taxa de crescimento natural, calculada subtraindo a taxa de natalidade pela taxa de mortalidade.

Tabela 1 – Expectativa de vida no Brasil de 1940 a 2014

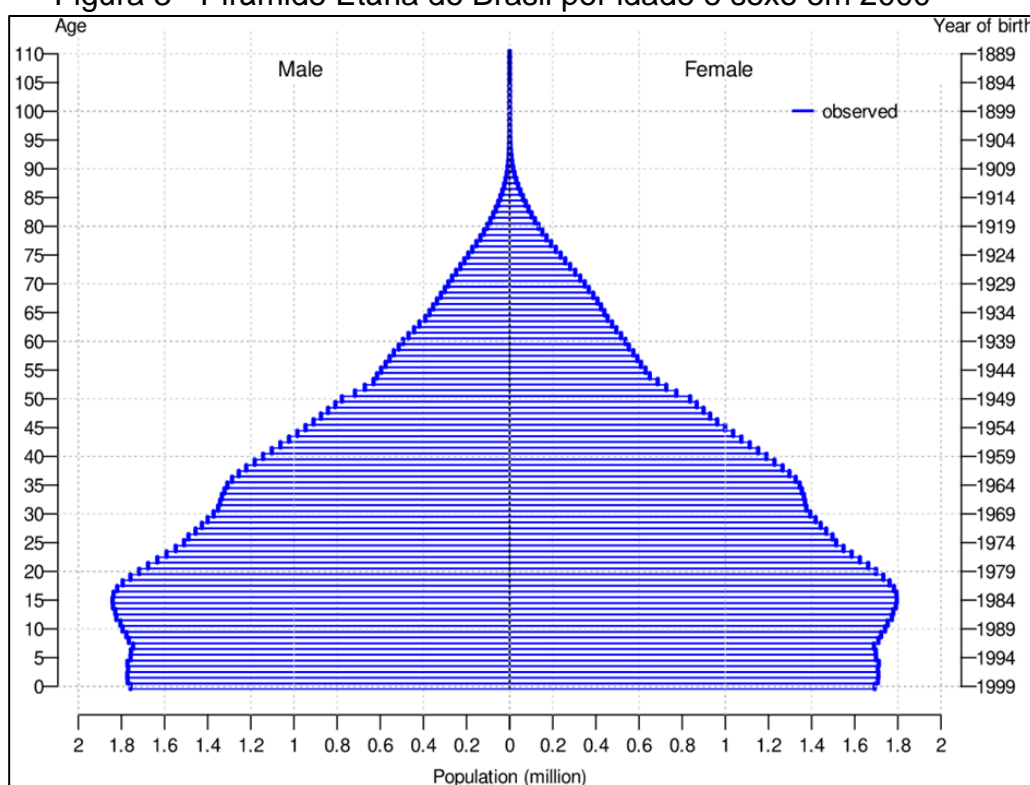
Esperança de vida ao nascer		Fecundidade	Crescimento Populacional	
Período	Média de anos	Taxa	Período	Taxa média
1940	45,90	6,16%	1940/1950	2,39
1960	54,00	6,28%	1950/1960	2,59
1970	60,08	5,76%	1960/1970	2,89
1980	61,76	4,30%	1970/1980	2,40
1991	66,00	2,40%	1980/1991	1,90
2000	68,60	2,20%	1991/2000	1,60
2009	73,10	1,94%	2000/2010	1,17
2014	75,20	1,74%	-	-

Fonte: LACERDA, 2018, p. 272

Conforme tabela 1, pode-se observar o avanço ocorrido no Brasil quanto a expectativa de vida, proporcionando um crescimento populacional muito acentuado. Desta forma, percebe-se como os avanços industriais e urbanos influenciaram nas taxas de natalidade e mortalidade no Brasil, impactando na formação da pirâmide etária.

Deste modo, a figura 3 apresenta a pirâmide etária do Brasil para o ano de 2000. Em seguida será apresentada a pirâmide etária de 2022, a fim de entender as variações por faixa etária e o impacto da oferta no mercado de trabalho formal.

Figura 3 - Pirâmide Etária do Brasil por idade e sexo em 2000

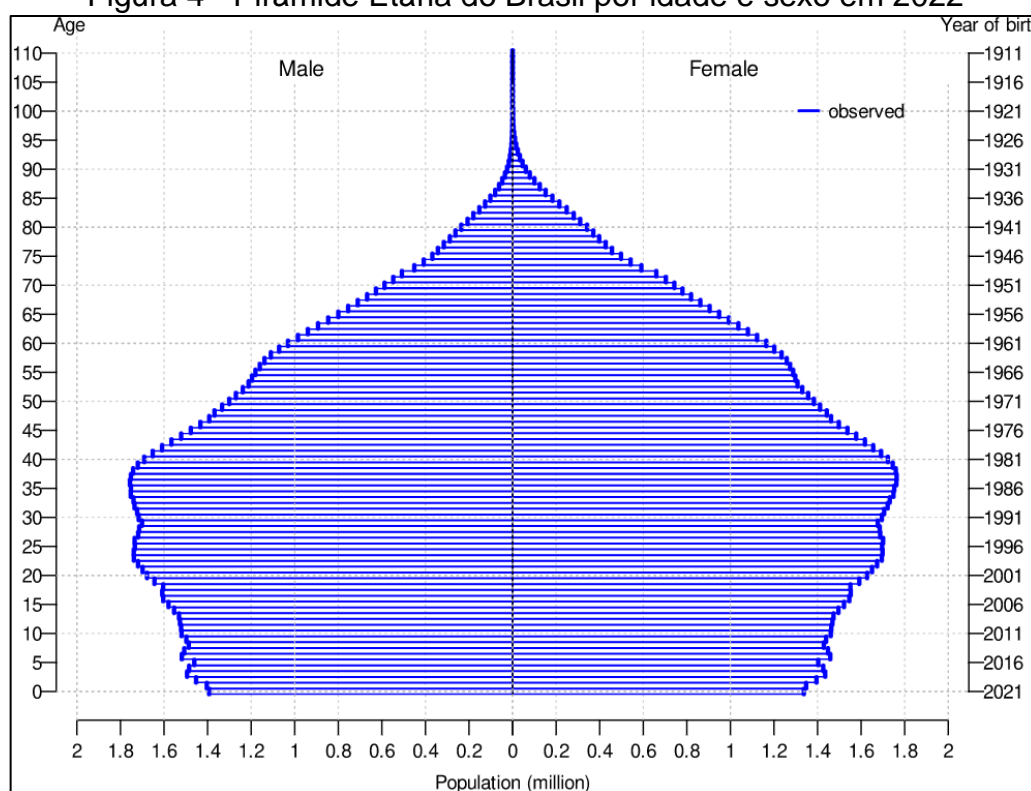


Fonte: ONU, 2022.



Através da análise da figura 3 percebe-se que em 2000, o Brasil possuía uma concentração da sua população nas faixas etárias mais jovens, com destaque para a faixa de 10 a 20 anos, que possuía a maior concentração. Além disso, possuía pouca população idosa, com uma grande redução a partir da faixa dos 50 anos. Para poder contrastar como evoluiu a formação da pirâmide etária, apresenta-se a figura 4 com a pirâmide etária do Brasil para 2022.

Figura 4 - Pirâmide Etária do Brasil por idade e sexo em 2022



Analisando-se a figura 4, a evolução das idades mais adultas, a partir dos 20 anos e principalmente entre 30 e 40 anos, é evidente em relação a figura 3. Percebe-se também um aumento para as faixas etárias idosas, a partir dos 60 anos. Esta mudança reflete em impactos no mercado de trabalho formal, com uma projeção para diminuição da oferta de trabalho, considerando a diminuição da população para idades mais jovens.

### 3.2.2 Migrações internas no Brasil

A motivação do deslocamento de uma região para outra, ocorre ao ser humano devido ao estímulo da busca por melhores condições de vida. Neste sentido,

intrinsecamente, estes deslocamentos estão associados a procura por oportunidades de emprego, moradia e condições de vida melhores da atual região. As melhores condições de vida estão associadas a problemas sociais ou climáticos que a região enfrenta.

As migrações, na maioria das vezes, são explicadas à luz dos elementos econômicos e pela busca dos indivíduos por uma melhor qualidade de vida. Os movimentos migratórios atuais também compartilham da mesma prerrogativa, mas sua motivação inicial, além de ser diferente, na maioria das vezes tem a ver com deslocamentos forçados. Já a migração ambiental é motivada pelas condições do meio ambiente, sejam relacionadas a catástrofes naturais, como terremotos, tufões e vulcanismo, mas também por fenômenos potencializados pelas mudanças climáticas de causas antrópicas, como os eventos extremos de secas e chuvas (SILVEIOL; GOIS, 2020, p. 171).

O Brasil sendo um país que historicamente concentrou a força da economia em atividades de extração agrícolas, teve migrações relacionadas a estes ciclos econômicos. Desta forma, como o país foi colonizado, as migrações internas até o século XIX, basearam-se em atender as demandas de atividade econômica primário-exportadora. Este fato provocou a formação de uma estruturação territorial com diversas cidades, porém com pouco vínculo entre si, uma vez que a dinâmica interna era voltada exclusivamente para o exterior (MARTINE, 1990 apud PATARRA, 2003, p. 9).

O início do século XX, até os anos 1930, foi marcado pelo alto fluxo imigratório e pela formação de mercados internos, originados da demanda de produtos básicos como: bebidas, alimentos e tecidos. Conforme Patarra (2003, p. 14), “o crescimento industrial, por sua vez, intensificou a urbanização: cresceram, assim, os centros urbanos do Centro-Sul, impulsionados pela economia do café<sup>6</sup>”.

Este processo de industrialização iniciado passa a se consolidar após os anos 1930, tornando este período até 1950, anos de aumento do mercado interno e desenvolvimento regional. Neste período, ocorre uma expressiva diminuição dos movimentos migratórios internacionais, acompanhado de um ciclo de migrações internas, as quais são responsáveis por fornecer mão de obra para as regiões com maior concentração econômica (PATARRA, 2003).

---

<sup>6</sup> Para se ter ideia da importância do produto para o país, “a partir de meados do século XIX, a lavoura de café concentrou toda a riqueza do país durante três quartos de século. Sua influência não foi só econômica, mas também social e política” (ORMOND; PAULA; FAVERET FILHO, 1999, p. 8).

Somente a partir da década de 1980 passou a se ter uma especialização do espaço urbano, ou seja, grandes centros urbanos tornaram-se áreas de atividades terciárias (serviços), transferindo a área secundária de indústria para novas regiões. Isto permitiu o fortalecimento das redes urbanas, com as cidades desenvolvendo relações de interdependência e complementaridade. Esta mudança acaba impactando nas migrações, de modo a criar migrações de retorno, de curta distância (SILVEIOL; GOIS, 2020).

Percebe-se, portanto, o vínculo das migrações no Brasil com os fatores econômicos. Os deslocamentos que ocorrem, provocam na região de origem perda de mão de obra, o que pode provocar a estagnação nesta região, mostrando a importância do fator migrações para a dinâmica populacional brasileira.

Conforme visto nos tópicos anteriores, a população brasileira sofre alterações no seu número total tanto pelas taxas de natalidade e mortalidade como também pelas migrações. Além do impacto destas variações no número populacional, a estrutura da pirâmide etária ao longo do tempo sofre variações, o que altera as demandas de políticas públicas, como saúde e educação. Com isso, o capítulo 4 apresenta os dados de desemprego e crescimento populacional por região do Brasil, a fim de entender o comportamento das mesmas.

## **4 ESTUDO COMPARATIVO ENTRE AS TAXAS DE DESEMPREGO E CRESCIMENTO POPULACIONAL POR REGIÃO DO BRASIL**

A população brasileira, especialmente ao longo das décadas de 1970 e 1980, teve um aumento, o que juntamente com os avanços tecnológicos, causou um impacto na configuração da pirâmide etária. A relação entre população e desenvolvimento econômico é direta e parte da justificativa para essa relação é o emprego, o qual é necessário para circulação de renda e consequente bem-estar das famílias.

Desta forma, a análise da variação do número populacional e das taxas de desemprego por faixa etária, se faz necessário para entender como deve-se comportar as políticas e os gastos públicos de cada região. Além de estabelecer projeções quanto ao crescimento e desenvolvimento econômico, essas análises propõem uma melhor aplicação dos recursos financeiros para o desenvolvimento da sociedade.

O presente capítulo tem como objetivo realizar uma análise histórica, baseada na evolução do crescimento populacional e das taxas de desemprego em cada região do Brasil durante os anos de 2012 a 2022, buscando entender onde há maior concentração e elevação do desemprego, com foco nas classes sociais e faixas etárias, para entender a necessidade da aplicação de políticas públicas e privadas. Ao final do capítulo, é analisada a projeção da população para buscar entender como a variação da mesma impactará o mercado de trabalho em cada região do país.

### **4.1 TAXAS DE DESEMPREGO E CRESCIMENTO POPULACIONAL POR REGIÃO DO BRASIL DE 2012 A 2022**

Durante a década de 2012 a 2022, o Brasil passou por crises internas, especialmente no âmbito político, e crises internacionais, como os impactos da pandemia de COVID-19. Estes cenários levaram a desaceleração do PIB, inclusive com quedas em anos como 2015 e 2020, desestimulando o crescimento da economia e afetando o desenvolvimento social.

Deste modo, o estudo a seguir apresenta dados do número populacional e taxa de desemprego por faixa etária das regiões do Brasil de 2012 a 2022, buscando entender como se comportou o mercado de trabalho quanto a absorção da mão de obra. Os dados coletados são fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE), através de consulta pública digital de livre acesso, disponível pelo governo nacional.

Para os números populacionais, utilizou-se das projeções estimadas e revisadas em 2018 com base no censo de 2010. Com base nestes dados, apresentaram-se os números populacionais por faixa etária dos anos 2012, 2015, 2018 e 2022, de modo a inferir a participação de cada faixa etária e o impacto da alteração da pirâmide etária no mercado de trabalho para cada região do Brasil, assim como a relação do número populacional com a taxa de desemprego.

A taxa de desemprego foi consultada através da série histórica trimestral da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) por idade. Mesmo sabendo-se da sazonalidade, obteve-se somente a taxa do 4º trimestre de cada ano, de modo a objetivar a análise comparativa. Para os anos de 2020 e 2021, por não se ter dados, devido a pandemia de COVID-19, adotou-se como meio a observação do saldo de empregos através do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) que apresenta a movimentação mensal de postos de trabalho formais.

#### **4.1.1 Região Norte**

A Região Norte é composta por sete estados, sendo eles: Amazonas (AM), Pará (PA), Acre (AC), Roraima (RR), Rondônia (RO), Amapá (AP) e Tocantins (TO). Essa região é a maior do Brasil em termos de extensão territorial, tendo 3.853.576,6 km<sup>2</sup> de extensão, praticamente o dobro da área da segunda colocada, que é o centro-oeste. Além disso, abriga as principais riquezas naturais do país, como a Floresta Amazônica, rica pelo seu tamanho e biodiversidade, e o Rio Amazonas, o maior rio do mundo (MATIAS, 2023b).

As principais atividades econômicas da região são baseadas na extração de matéria-prima, diferentemente de regiões como a Sudeste, no Norte ainda há pouca industrialização. O extrativismo mineral e vegetal são as principais formas de produção econômica na região, destacando-se a extração de petróleo na Amazônia e minério de ferro no Pará.

Esta permanência da mão de obra em atividades ainda primárias, resulta em diversas dificuldades para o desenvolvimento social da região, tendo em vista as constantes ilegalidades que ocorrem em busca da extração dessas matérias-primas.

Além de contribuir negativamente no mercado formal de empregos, essas ações impactam, principalmente, na educação e formação das gerações mais novas, com altos índices de violência.

Numa região vasta, a maior do Brasil, e com pouca presença do Estado em boa parte de sua extensão, diversas atividades ilegais floresceram no seu interior, como, por exemplo, exploração ilegal de madeira da floresta, tráfico de drogas e de animais silvestres, contrabando de armas, entre outras. Na ausência de ocupações no setor formal da economia, muitos encontram nessas atividades uma forma de sobrevivência. (CASTRO, 2014, p. 7).

Outro ponto para destacar quanto a economia da região, é a histórica baixa participação na produção interna bruta do país. A tabela 2 apresenta a evolução da participação sobre o PIB brasileiro de cada região para os anos de 2002, 2005, 2010, 2015 e 2020.

Tabela 2 - Evolução da participação % das regiões brasileiras sobre o PIB (2002, 2005, 2010, 2015 e 2020)

	2002	2005	2010	2015	2020
Nordeste	13,09%	13,03%	13,45%	14,15%	14,18%
Norte	4,70%	4,91%	5,33%	5,35%	6,28%
Centro-Oeste	8,61%	8,64%	9,13%	9,67%	10,40%
Sudeste	57,38%	57,51%	56,13%	54,02%	51,94%
Sul	16,23%	15,91%	15,96%	16,81%	17,19%
<b>Total Geral</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: IBGE, Contas Nacionais – PIB

Através da análise da tabela 2, percebe-se que para todos os anos, a Região Norte possui a menor participação sobre o total do PIB brasileiro. Destaca-se para este fato, que a região possui uma grande parte do território coberta por floresta, que deve ser preservada, impossibilitando a abertura de novas fábricas e outros meios de produção. Entretanto, esta baixa produção em relação as outras regiões, reflete em menores rendas e oferta de postos de trabalhos na região.

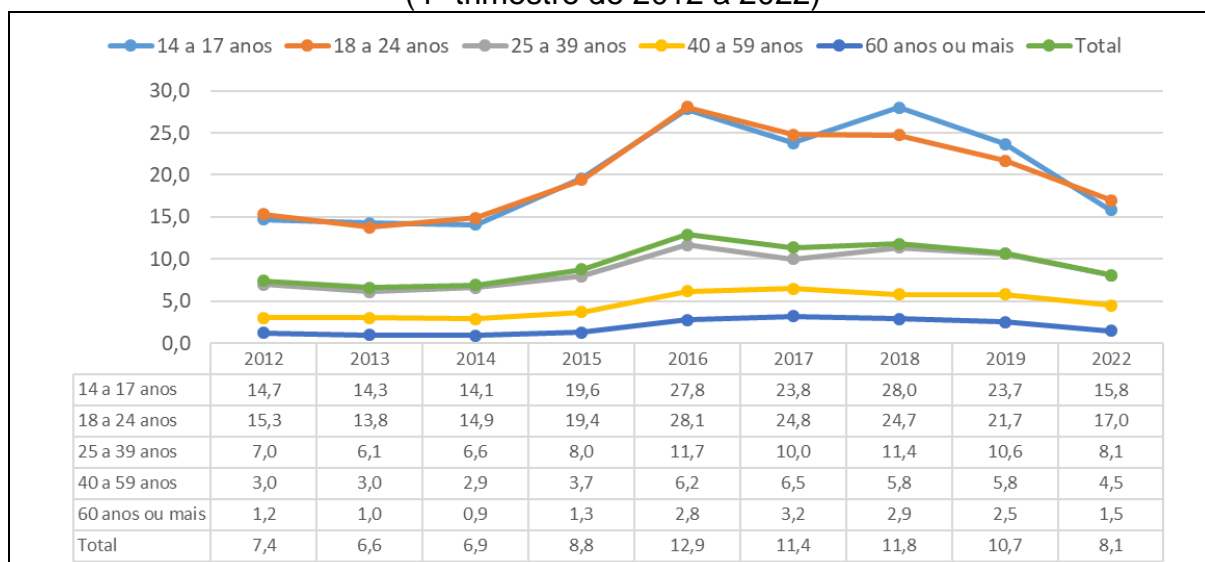
Deste modo, o subitem a seguir apresenta os dados de população e desemprego da Região Norte entre 2012 e 2022, com o intuito de entender o comportamento do mercado de trabalho na Região Norte.

#### 4.1.1.1 Desemprego e população na Região Norte

Para início da análise, buscou-se entender o comportamento da taxa de desemprego na região para cada faixa etária. Esta taxa é apresentada trimestralmente pelo IBGE através da PNAD, e representa a parcela da população economicamente ativa (PEA) não ocupada, porém a procura por emprego.

A figura 5 apresenta as taxas de desemprego por faixa etária no setor formal do 4º trimestre entre 2012 até 2022 para a Região Norte.

Figura 5 - Taxa de desemprego por faixa etária na Região Norte (4º trimestre de 2012 a 2022)



Fonte: PNAD Contínua IBGE, 2023.

Por meio da análise da figura 5, destacam-se oscilações acentuadas para os anos de 2015 e 2016. Nestes anos, devido uma crise em todo Brasil, o mercado de trabalho formal sofreu um grande impacto, elevando o percentual de desemprego na região para todas as faixas etárias.

Para a análise a nível de faixa etária destaca-se que as pessoas entre 25 e 39 anos têm, em média, o mesmo nível da taxa total da região, representando cerca de 8,0% a 10,0% da parcela desta faixa etária desempregada. As faixas etárias mais adultas, a partir dos 40 anos, possuem o menor nível de desemprego, com taxas médias abaixo de 5,0%. Enquanto as pessoas mais jovens, com menos experiência no mercado de trabalho, possuem as maiores taxas de desemprego, com percentual médio geral acima de 15,0%.

As taxas de 2020 e 2021 não são informadas na série histórica trimestral da PNAD. Deste modo, buscou-se entender o comportamento destes períodos através do comparativo do saldo de empregos disponível pelo sistema CAGED. Na tabela 3 apresentam-se o saldo de empregos para a Região Norte do último trimestre dos anos 2019, 2020 e 2021.

Tabela 3 - Saldo de empregos formais por faixa etária na Região Norte (4º trimestre de 2019 a 2021)

	2019	2020	2021	Var. 20x19	Var. 21x20
Até 17	-76	1.870	2.110	1.946	240
18 a 24	8.832	22.872	19.398	14.040	-3.474
25 a 29	292	4.347	1.811	4.055	-2.536
30 a 39	-5.138	171	-4.076	5.309	-4.247
40 a 49	-4.750	-1.659	-4.007	3.091	-2.348
50 a 64	-3.917	-2.889	-2.576	1.028	313
65 ou mais	-627	-541	-405	86	136
<b>Total Geral</b>	<b>-5.384</b>	<b>24.171</b>	<b>12.255</b>	<b>29.555</b>	<b>-11.916</b>

Fonte: CAGED Estatístico e Novo CAGED. Tabulado pelo autor.

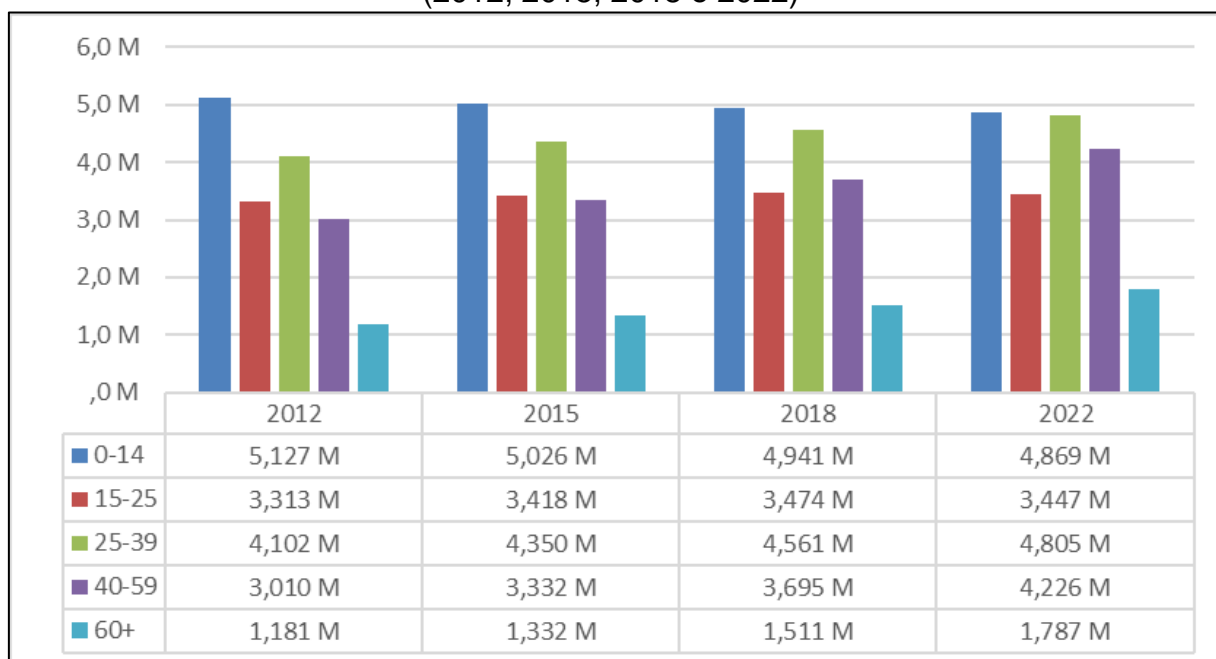
De acordo com a tabela 3, no último trimestre de 2019 teve-se perdas de postos de trabalho, ou seja, houveram mais desligamentos do que admissões nas empresas da região. Por outro lado, os anos de 2020 e 2021 foram de mais admissões do que desligamentos, resultando em um saldo positivo para ambos os anos. Em 2021, apesar deste saldo positivo, observa-se uma queda de 11.916 no total do saldo em relação a 2020, sugerindo um desaquecimento nas contratações no mercado.

Quanto para a faixa etária, destaca-se o saldo sempre positivo para as faixas mais jovens de 17 a 29 anos, as quais possuem também os maiores saldos em todos os anos. A faixa de 18 a 24 anos, com o saldo de empregos de 22.872 em 2020 e 19.398 em 2021, é a que possui os maiores valores no período analisado. Para as faixas mais adultas, de 30 a 65 anos ou mais, o saldo praticamente é negativo em todos os períodos. Os dois saldos mais negativos da série encontram-se em 2019, com o primeiro sendo o saldo de - 5.138 empregos para a faixa de 30 a 39 anos e o segundo de - 4.750 empregos para a faixa de 40 a 49.

Para poder observar o número de pessoas impactadas pelo desemprego, buscou-se dados relacionados a população de cada região. Com isso, a figura 6 apresenta a evolução do número populacional na Região Norte do ano de 2012 a 2022, em diferentes períodos.



Figura 6 - População por faixa etária na Região Norte  
(2012, 2015, 2018 e 2022)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE, Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2010-2060.

De acordo com a figura 6, pode-se perceber que a região possui uma maior concentração na população mais jovem até 39 anos. Entretanto esta parcela vem caindo, aumentando o percentual de participação das faixas etárias mais adultas, tendo a faixa de 40 a 59 anos a maior variação absoluta, aumentando de 3 milhões de pessoas em 2012 para 4 milhões e 200 mil em 2022.

Para as faixas etárias mais jovens, de 0 a 25 anos, destaca-se que houve pouca variação no número populacional, indicando que há até 2022 um percentual considerável de oferta de trabalho, o que reflete em oportunidade para as empresas quanto a contratações. Apesar disto, relacionando a taxa de desemprego nesta faixa etária (figura 5) com este número populacional, destaca-se o elevado número de pessoas desempregadas, sugerindo uma baixa oferta de trabalho para a região ou falta de capacitação da população.

#### 4.1.2 Região Nordeste

Os estados que compõem a Região Nordeste são: Maranhão (MA), Piauí (PI), Ceará (CE), Rio Grande do Norte (RN), Paraíba (PB), Pernambuco (PE), Alagoas (AL), Sergipe (SE) e Bahia (BA). Por se localizar próximo a Linha do Equador e possuir

solos rasos, o clima típico da região é o semiárido, o qual gera secas durante grande parte do ano, afetando a sociedade e a economia. Como principais atividades econômicas do Nordeste, pode-se citar: o turismo, os centros comerciais, a produção de petróleo, produção de sal marinho e as atividades industriais. (MATIAS, 2023a).

A história da formação econômica da Região Nordeste ocorre desde o início da ocupação dos portugueses no Brasil. O impacto das práticas de exploração, realizadas a partir do século XVI foram graves na formação social e econômica da região, pois havia somente exploração da mão de obra para que destinasse a matéria-prima para o exterior, sem retornar valor e renda para o desenvolvimento social na região. Os ciclos econômicos ocorriam com grande velocidade para época, com devastações ambientais e sociais em prol da metrópole.

O ciclo da monocultura do açúcar ocupou – e ocupa – boa parte do litoral nordestino e proporcionou bastante riqueza à metrópole da época – Portugal. Na área destinada a produção açucareira só ficou de pé pequenas ilhas de Mata Atlântica, reservadas ao fornecimento de lenhas as caldeiras e a construção das casas-grande e de móveis dos engenhos. A harmonia entre habitantes e meio natural desapareceu, dando lugar a relação homem e exploração do meio e do próprio homem, com objetivos de produção e reprodução de capital e um desenvolvimento econômico, mas não necessariamente social (MACHADO, 2008, p. 127).

Diante desta exploração logo no início do desenvolvimento econômico do país, a região enfrenta indicadores socioeconômicos abaixo da média nacional. Para reverter esta situação, algumas medidas vêm sendo tomadas pelos governos para que seja igualada as condições para todas regiões. Com isso, em alguns casos a Região Nordeste apresenta crescimentos maiores que a média nacional.

Estes indicadores fazem lembrar e justificar o fato de o crescimento econômico do Nordeste ser superior ao brasileiro, apesar de a região ser ainda a mais pobre do país. A lentidão do crescimento e a pobreza regional não impedem que se vislumbre a perspectivas de aceleração do crescimento se planejar um crescimento homogêneo e voltado para os interesses da população e não das elites que exploram de formas as mais variadas o povo e a região (ANDRADE, 2006, p. 22).

Com altas taxas de desemprego e muitas pessoas em condições de extrema pobreza, programas sociais desenvolvidos pelo governo nacional a partir, principalmente dos anos 2000, possibilitaram melhorias que elevaram o crescimento na região. Como parte fundamental deste processo, as seguintes ações foram

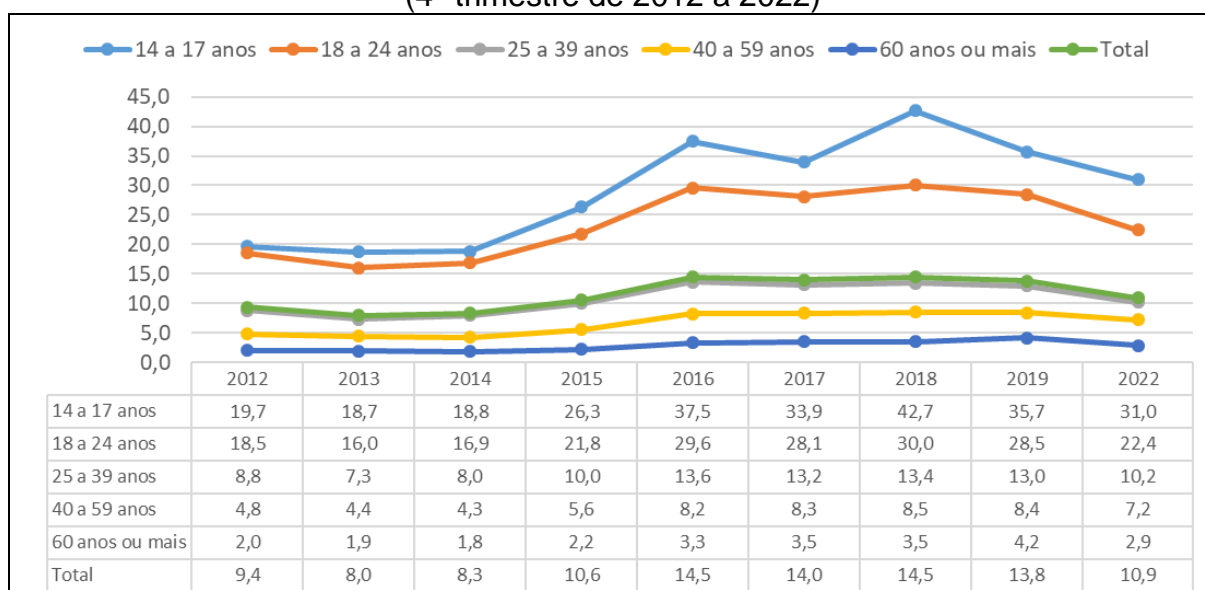
essenciais: programas de erradicação do trabalho infantil, transferência de renda, ampliação da jornada escolar (GUIMARÃES NETO, 2014).

Devido a todos os impactos causados pela exploração das terras e dos meios naturais, o desenvolvimento social e econômico da região foi prejudicado ao longo dos anos. Neste sentido, o estudo da taxa de desemprego e da pirâmide etária, voltada a preocupação da geração de empregos e crescimento econômico é essencial, buscando prosperidade e desenvolvimento para toda população.

#### 4.1.2.1 Desemprego e população na Região Nordeste

Após uma caracterização breve sobre a formação econômica e social da Região Nordeste, busca-se entender o comportamento da taxa de desemprego nas diferentes faixas etárias e a população impactada. Como primeira análise, observa-se a taxa de desemprego do 4º trimestre dos anos de 2012 a 2022 para a região.

Figura 7 - Taxa de desemprego por faixa etária na Região Nordeste (4º trimestre de 2012 a 2022)



Fonte: PNAD Contínua IBGE, 2023.

Com base na figura 7, percebe-se o aumento da taxa de desemprego a partir dos anos de 2015 e 2016, mantendo-se nos mesmos patamares até 2022, onde há uma leve redução, indicando uma recuperação para as contratações no mercado de trabalho formal da região. Destaca-se que o percentual para a faixa etária de 25 a 39

anos se aproxima muito do percentual total da região, indicando uma maior concentração desta faixa etária sobre o total da população.

As faixas etárias mais jovens, dos 14 aos 24 anos, são as que possuem a maior taxa de desemprego para a região, o que remete a procura pelo primeiro emprego ou a pouca experiência no mercado de trabalho. Ressalta-se que o percentual é em níveis altos para praticamente todos anos, com destaque para 2018, onde a faixa de 14 a 17 anos teve 40% da sua população em condição de desemprego. Já para as faixas etárias mais adultas, dos 40 a 60 anos ou mais, percebe-se uma taxa menor, com menos de 10% das pessoas desempregadas. Isto remete a baixa procura de emprego por esta faixa etária, por já estarem economicamente bem ou aposentados.

Para poder analisar o período de 2020 e 2021, não informados na série trimestral da PNAD, buscou-se no sistema CAGED o saldo de empregos referente a esses períodos. A interpretação do mesmo é baseada no sinal, positivo ou negativo, e em suas comparações quantitativas entre os períodos.

Tabela 4 - Saldo de empregos formais por faixa etária na Região Nordeste (4º trimestre de 2019 a 2021)

	2019	2020	2021	Var. 20x19	Var. 21x20
Até 17	1.483	2.116	2.968	633	852
18 a 24	38.814	73.640	65.443	34.826	-8.197
25 a 29	5.145	24.373	15.795	19.228	-8.578
30 a 39	-10.301	19.733	8.513	30.034	-11.220
40 a 49	-12.542	5.341	3.161	17.883	-2.180
50 a 64	-13.796	-6.358	-3.746	7.438	2.612
65 ou mais	-2.006	-2.118	-1.729	-112	389
<b>Total Geral</b>	<b>6.797</b>	<b>116.727</b>	<b>90.405</b>	<b>109.930</b>	<b>-26.322</b>

Fonte: CAGED Estatístico e Novo CAGED. Tabulado pelo autor.

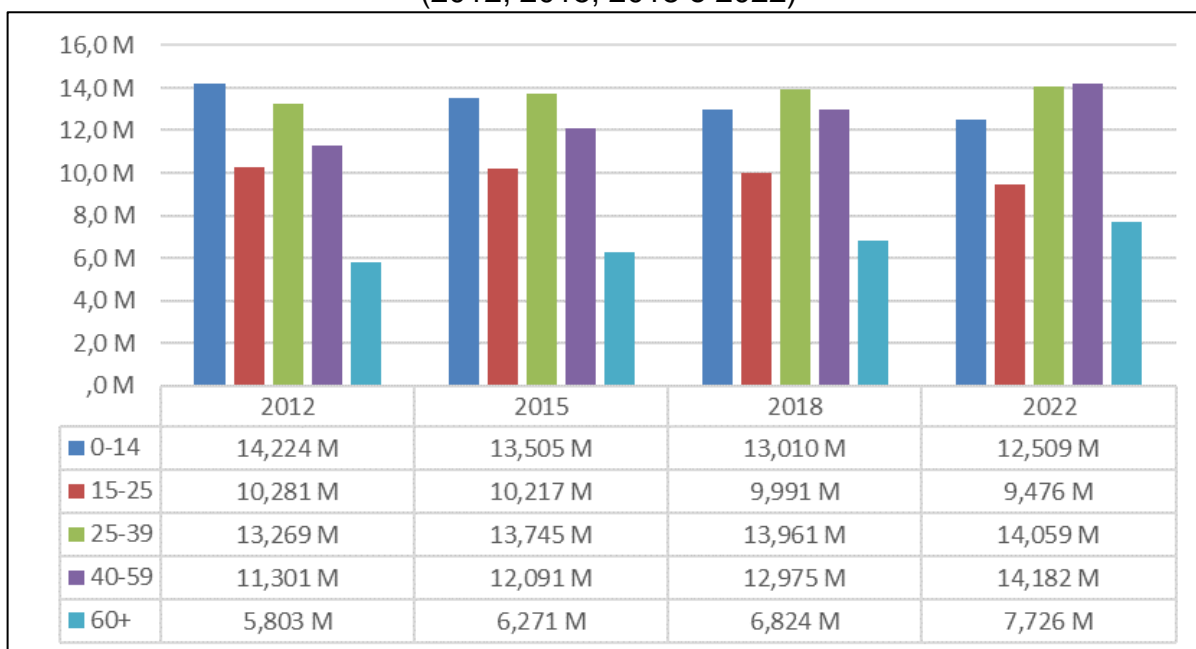
Conforme a tabela 4, destaca-se que para ambos os períodos o saldo total de contratações foi positivo, ou seja, houve mais admissões do que desligamentos. Para o 4º trimestre de 2020 percebe-se o alto volume de admissões, com o saldo sendo de 116.727 postos de trabalhos, representando uma recuperação no mercado de trabalho quanto a pandemia da COVID-19. Para 2021, o saldo também foi muito positivo, com 90.405 postos de trabalhos criados, entretanto já representa uma redução em relação ao ano anterior.

Quanto para as faixas etárias, os saldos são positivos para as pessoas mais jovens, com ambos os anos apresentando mais admissões do que desligamentos da

faixa de 17 até 29 anos. As faixas mais adultas, de 50 anos ou mais, apresentam para todos períodos, saldos negativos. Entretanto, os saldos apresentam-se em um volume menor do que as faixas mais novas, representando uma maior estabilidade para as pessoas mais velhas.

A fim de entender o número de pessoas impactadas pelo desemprego e a participação de cada faixa etária na composição da população da Região Nordeste, buscou-se o número populacional da região. Com isso, a figura 8 apresenta o número populacional para os anos de 2012, 2015, 2018 e 2022.

Figura 8 - População por faixa etária na Região Nordeste (2012, 2015, 2018 e 2022)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE, Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2010-2060.

Através da análise da figura 8 nota-se que a região atravessou de 2012 até 2022, um crescimento populacional para as faixas etárias mais adultas, aumentando o percentual dessas faixas sobre o total da população. As faixas de 25 a 39 anos e 40 a 59 anos, são as que possuem o maior número de pessoas em 2022, entretanto, em 2012 a faixa de 0 a 14 anos era a maior, com mais de 14 milhões e 200 mil pessoas. Esta transição da concentração populacional dos mais jovens para adultos, remete a uma redução na taxa de fecundidade, indicando um desenvolvimento da região.

Destaca-se que ao longo do período analisado, a participação das faixas etárias de 25 a 39 anos e 40 e 59 anos, aumentou de um período para outro. Em 2012 haviam 44,8% das pessoas nestas duas faixas etárias, já em 2022, 48,7%, mais de

28 milhões de pessoas. Este elevado número de pessoas em idade de alto desempenho profissional, com as devidas capacidades desenvolvidas e disponíveis para o mercado de trabalho, entrega para a região um grande bônus demográfico, capaz de elevar o desenvolvimento econômico e social para as famílias e região.

#### **4.1.3 Região Centro-Oeste**

A Região Centro-Oeste é formada pelos estados do Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS), Goiás (GO), além do Distrito Federal (DF) que abriga a região administrativa do Brasil. Apesar de ser a segunda maior região, em área geográfica, possui o menor número de habitantes, configurando a menor densidade demográfica do país. Quanto à economia, a região possui grande participação na agropecuária, com a criação de gado e produção de grãos.

O desenvolvimento na região iniciou no final do século XVII e início do século XVIII com a descoberta de jazidas de ouro e pedras preciosas em locais onde se localizam os estados de Goiás e Mato Grosso. No final do século XVIII, a região passou por um período de estagnação econômica, com a população diminuindo consideravelmente, devido a já escassez desses minérios. Outro período de crescimento da região, foi somente a partir da década de 1960 com a inauguração de Brasília e a abertura de diversas rodovias ligando a região ao restante do país (SENE, 2018).

Comparado a outras regiões, como Nordeste, no Centro-Oeste o desenvolvimento econômico ocorreu mais tardiamente. Isso ocorreu pelo fato das regiões litorâneas serem as primeiras a serem ocupadas e conseqüentemente desenvolvidas. Por conta disso, muito do crescimento está atrelado aos movimentos migratórios que receberam dessas outras regiões.

Do início do século XX até o fim da década de 1950, a região recebeu expressivas correntes migratórias que propiciaram um substancial aumento do contingente populacional e da atividade econômica. Estimulada pelo processo de “espraiamento” da economia paulista para além das barrancas dos rios Paraná e Paranaíba, a ocupação da região sofreu forte aceleração nas seis primeiras décadas do século passado e sua população saltou de 370 mil para 3 milhões. De outro lado, a atividade econômica ampliou-se enormemente com a produção de grãos: cresceu de 210 mil para 1,46 milhão de toneladas entre 1920 e 1960, e a criação de gado passou de 5,85 milhões para 10,75 milhões de cabeças no mesmo período (MIRAGAYA, 2014, p. 426).

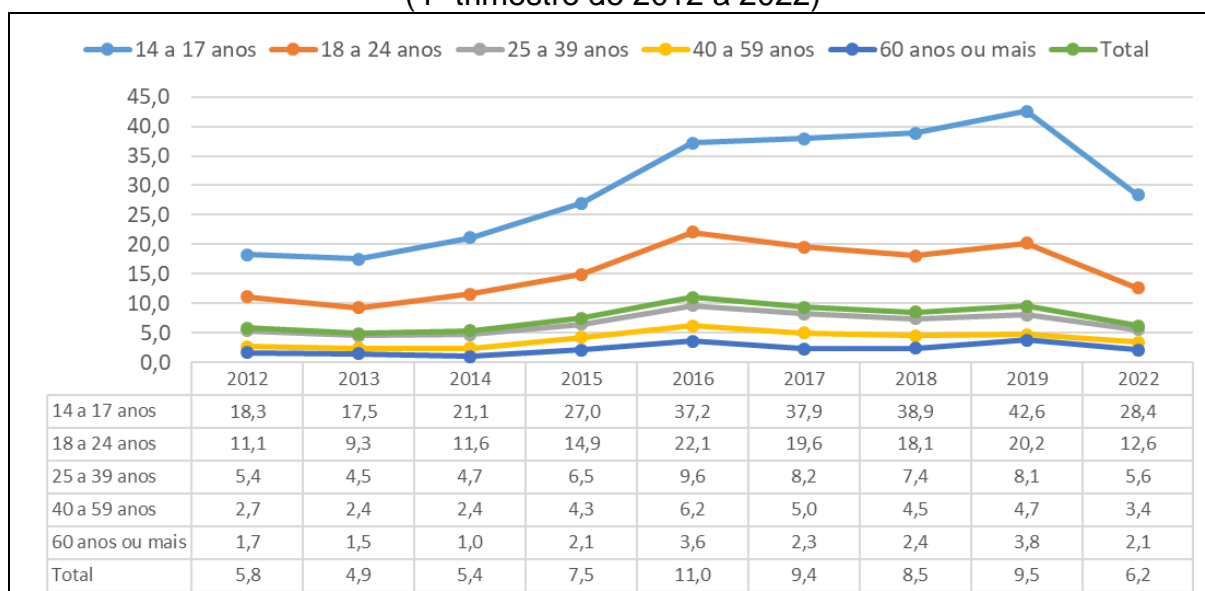
O povoamento da região possibilitou o crescimento da economia, consolidado através da produção agrícola. Na produção de soja, em 2016, por exemplo, a região teve participação de 45,8% do total produzido no Brasil. No mesmo ano, o Centro-Oeste possuía 75 milhões de animais no rebanho bovino, sobre o total de 218 milhões do Brasil. Estes números representam a força da região no segmento e ferramenta para o crescimento econômico (SENE, 2018).

A seguir será apresentada a situação do mercado formal da região, através da taxa de desemprego, assim como a evolução do número populacional.

#### 4.1.3.1 Desemprego e população na Região Centro-Oeste

Após este breve histórico e caracterização da Região Centro-Oeste, serão apresentados os dados de número populacional e taxa de desemprego por faixa etária. A análise inicia-se com a apresentação da taxa de desemprego da Região Centro-Oeste do ano de 2012 até 2022.

Figura 9 - Taxa de desemprego por faixa etária na Região Centro-Oeste (4º trimestre de 2012 a 2022)



Fonte: PNAD Contínua IBGE, 2023.

Conforme a figura 9, nota-se o crescimento da taxa de desemprego para os anos de 2015 e 2016. Após estes anos, observa-se uma leve recuperação, entretanto as menores taxas são apresentadas, em média, para o ano de 2012. A faixa de 25 a

39 anos é a que possui, em média, aproximadamente a mesma taxa total da região, tendo sua maior taxa em 2016, acima de 10%.

Quanto às faixas etárias, destaca-se que as maiores taxas são para faixas mais jovens. Para a faixa de 14 a 17 anos, observa-se um elevado crescimento, mesmo após a crise no país, e em anos em que outras faixas etárias possuem decréscimos. As faixas mais adultas, de 40 a 60 anos ou mais, possuem as menores taxas de desemprego, com a maioria dos períodos abaixo dos 5%.

Para os anos de 2020 e 2021, por não possuir a informação da taxa de desemprego, observou-se o saldo de empregos disponível no sistema CAGED. A tabela 5 apresenta o saldo de empregos por faixa etária na Região Centro-Oeste.

Tabela 5 - Saldo de empregos formais por faixa etária na Região Centro-Oeste (4º trimestre de 2019 a 2021)

	2019	2020	2021	Var. 20x19	Var. 21x20
Até 17	2.223	5.637	8.808	3.414	3.171
18 a 24	9.423	29.177	20.326	19.754	-8.851
25 a 29	-6.439	979	-1.225	7.418	-2.204
30 a 39	-19.375	-7.024	-11.323	12.351	-4.299
40 a 49	-13.767	-6.601	-7.069	7.166	-468
50 a 64	-11.214	-7.224	-6.555	3.990	669
65 ou mais	-1.478	-1.477	-1.050	1	427
<b>Total Geral</b>	<b>-40.627</b>	<b>13.467</b>	<b>1.912</b>	<b>54.094</b>	<b>-11.555</b>

Fonte: CAGED Estatístico e Novo CAGED. Tabulado pelo autor.

Com base na tabela 5, percebe-se um comportamento de mais desligamentos do que admissões para as faixas etárias mais adultas, a partir dos 30 anos. Para todos os períodos essas faixas etárias possuem saldos negativos, sendo a faixa de 30 a 39 anos, com mais perda de postos de trabalhos. Já nas faixas mais jovens, especialmente de 18 a 24 anos, percebe-se um saldo positivo para todos períodos, com a criação de 29.177 postos de trabalho no 4º trimestre de 2020, maior da série para a região.

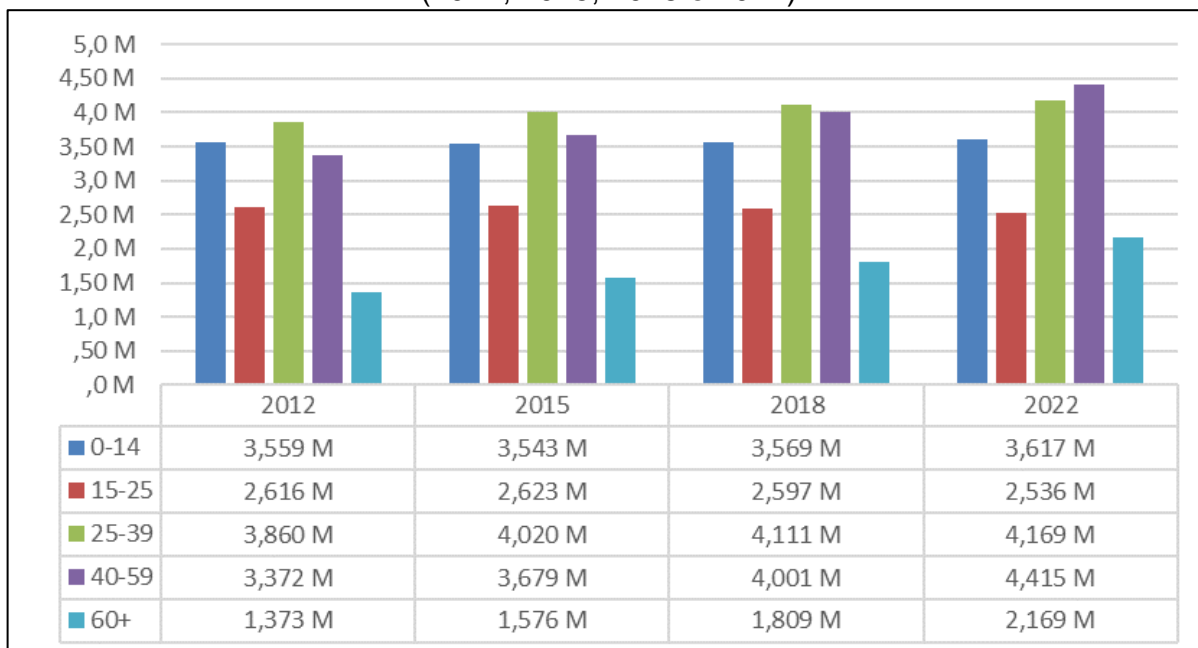
Quanto às variações, destaca-se que de 2019 para 2020 teve-se criação de postos de trabalho para todas faixas etárias, o que representa um aquecimento no mercado de trabalho formal. Entretanto, em 2021, apesar de ter um saldo positivo, teve-se uma variação de -11.555 empregos em relação a 2020, representando uma estabilidade no mercado formal de empregos da região.

Com o intuito de avaliar o número de pessoas impactadas pelo desemprego na Região Centro-Oeste, e a evolução do número populacional por faixa etária, o que



é fundamental para análise da mão de obra disponível, buscou-se dados quanto a população da região. A figura 10 apresenta o número populacional por faixa etária na região para os anos de 2012, 2015, 2018 e 2022.

Figura 10 - População por faixa etária na Região Centro-Oeste (2012, 2015, 2018 e 2022)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE, Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2010-2060.

Nota-se pela figura 10 que há um crescimento no número populacional da região para as faixas etárias mais adultas. Para a faixa de 40 a 59 anos, o número de habitantes é de 3 milhões e 300 mil pessoas aproximadamente em 2012, já em 2022 o número é de 4 milhões e 400 mil aproximadamente, o que significa um aumento aproximado de 1 milhão e 100 mil pessoas. Para a faixa de 60 anos ou mais, o aumento é de 796 mil pessoas aproximadamente. Em contraste com esses aumentos, percebe-se uma estabilidade no número de jovens. Com pouca variação para as faixas de 0 a 14 anos e 15 a 25 anos.

Este retrato da evolução do número populacional para a região, representa uma maior participação das faixas etárias mais adultas, ou seja, uma diminuição na oferta de trabalho ao longo dos anos. Este cenário, por a força econômica da região ser baseada na agricultura, reforça a necessidade de inovação e tecnologia para o setor, além do desenvolvimento de outras indústrias e setores, por ter cada vez menos mão de obra e a tendência dos jovens em não aderirem ao trabalho no campo.

#### 4.1.4 Região Sudeste

A Região Sudeste é formada pelos estados de São Paulo (SP), Minas Gerais (MG), Espírito Santo (ES) e Rio de Janeiro (RJ). Conhecida por ser o centro comercial e industrial do país, com grandes cidades e centros urbanos que movimentam grande parte da economia do Brasil, é a segunda menor região em extensão territorial, com 925 mil km<sup>2</sup>, ocupando aproximadamente 12% do território do país. Entretanto, o número populacional é o maior entre todas as regiões, com cerca de 90 milhões de pessoas, acarretando em uma densidade demográfica aproximada de 95,13 habitantes por km<sup>2</sup>, a maior do Brasil (MATIAS, 2023c).

Diferentemente das regiões Norte e Nordeste, o Sudeste teve sua primeira atividade econômica desenvolvida somente no final do século XVII. A exploração de ouro e as expedições em busca de indígenas e riquezas minerais impulsionaram a ocupação da região e o desenvolvimento da mesma. Esta fonte de riqueza e trabalho foi logo esgotada em prol das necessidades e desejos da colônia, o que não possibilitou grandes crescimentos para a região na época. Somente durante a metade do século XIX, com a cultura do café, a Região Sudeste viria a ter um desenvolvimento capaz de colocá-la como referência nacional de produção, comércio e indústria. A abolição da escravidão em 1888 com a Lei Áurea, incentivou a vinda de imigrantes italianos, espanhóis e japoneses para suprir a demanda de mão de obra nos cafezais do interior paulista (SENE, 2018).

A cultura do café em São Paulo, não era um polo de atividade econômica exclusivo no Brasil, ou seja, havia outras atividades em diferentes regiões, como o açúcar no Nordeste, a pecuária no Sul e a borracha na Amazônia, que atraíam pessoas e movimentavam a economia. Entretanto, estas demais regiões não alcançaram o progresso que ocorreu no Sudeste, especialmente no estado de São Paulo (REGO, 2011).

[...] a região paulista foi a primeira a atingir a chamada “revolução capitalista industrial”, ou seja, transitar de formas arcaicas de produção, principalmente baseadas na relação de trabalho escravo e servil, para as chamadas relações capitalistas de produção. O progresso paulista nos mostra, na prática, a construção das instituições clássicas do capitalismo industrial. Observaremos aí, então, o surgimento de bancos, a organização do trabalho assalariado, a constituição de um mercado interno, a introdução de máquinas no processo produtivo, o grande aumento da produtividade do trabalho e da terra e, portanto, do excedente econômico, enfim, a conhecida transição de uma economia mercantil para a etapa industrial (REGO, 2011, p. 228).

A concentração populacional da região, ocasionada pelas imigrações internas em busca de oportunidades de emprego, estabeleceu diversos problemas sociais urbanos, como violência, pessoas desabrigadas com fome e casas não projetadas sem saneamento básico. Este reflexo perdura até o século XXI, com grandes desafios para os governantes para construir condições melhores para as pessoas nestas condições e ao mesmo tempo estimular a economia.

Como forma de tentativa de descentralização, os municípios e governos de outras regiões vêm oferecendo condições atrativas para instalação de novas indústrias, aumentando a participação da produção industrial em outras regiões. Na tabela 6 são apresentados os dados da participação industrial no Brasil por região.

Tabela 6 - Produção Industrial por Região do Brasil, de 1940 a 2015

Região	Participação no total do valor da produção industrial nacional (%)					
	1940	1950	1960	1970	1980	2015
Sudeste	73,3	77,1	79,2	80,7	72,6	58
Sul	14	12,5	12,4	12	15,8	19,8
Nordeste	9,4	8,3	6,8	5,7	8	10,4
Norte e Centro-Oeste	3,3	2,1	1,6	1,6	3,6	11,8

Fonte: SENE, 2018.

Conforme a tabela 6, destaca-se que a participação do Sudeste vai de 73,3% em 1940 para 58% em 2015. Enquanto as demais regiões possuem crescimento de participação, especialmente a partir do século XXI, com destaque para as Regiões Norte e Centro-Oeste que saltam de 3,3% para 11,8%.

Com este alto nível de produção industrial para a Região Sudeste, o desenvolvimento de novas tecnologias acaba também sendo concentrado nesta região. A tabela 7 apresenta a quantidade de empresas de desenvolvimento de *software* de gestão por região no Brasil, conforme estudo de 2018.

Tabela 7 - Quantidade de empresas de desenvolvimento de *software* de gestão por região brasileira

Região	Quantidade de empresas
Norte	746
Nordeste	3.622
Centro-Oeste	2.408
Sudeste	38.955
Sul	8.887
<b>Total</b>	<b>54.618</b>

Fonte: Empresômetro, 2018.

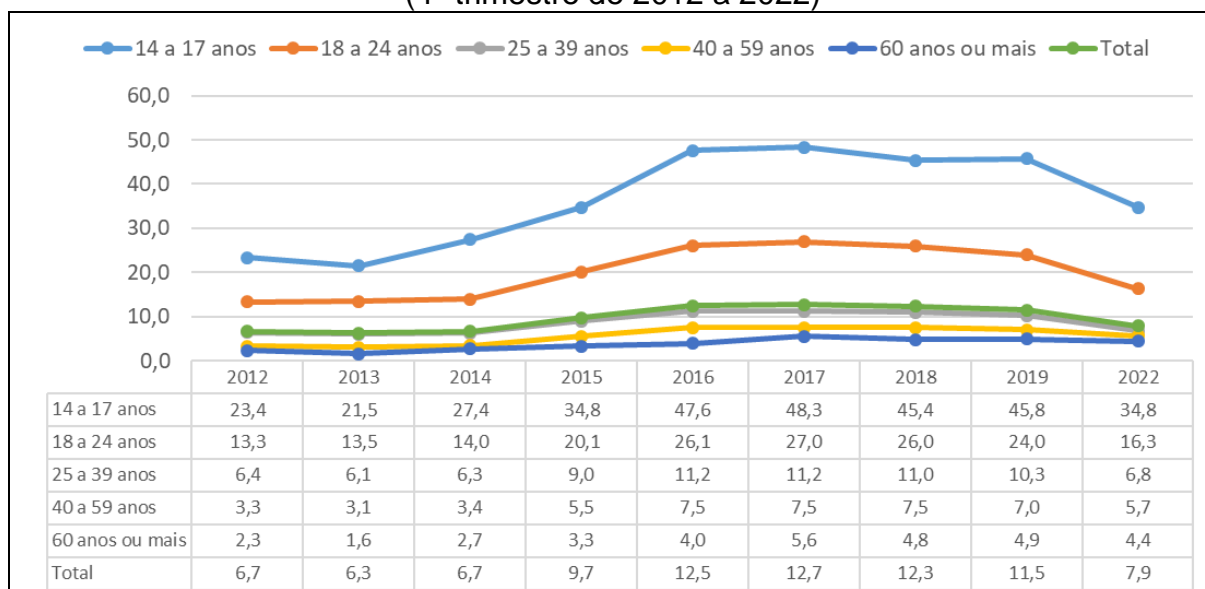
A tabela 7 demonstra a alta concentração de empresas de desenvolvimento de *software* de gestão na Região Sudeste. Deste modo, considera-se a região como a com maior capacidade de desenvolvimento tecnológico, tendo em vista a alta concentração de indústrias e empresas de desenvolvimento.

Após este breve histórico e resumo a respeito da Região Sudeste, apresentam-se os números e respectivas análises quanto ao número populacional e taxa de desemprego da região.

#### 4.1.3.1 Desemprego e população na Região Sudeste

A análise inicia-se com a avaliação da taxa de desemprego para a região por faixa etária. Esta taxa representa o percentual de pessoas da população economicamente ativa que não encontram emprego no período da pesquisa. A figura 11 apresenta a taxa do 4º trimestre de cada ano de 2012 até 2022, exceto 2020 e 2021, que será detalhado posteriormente.

Figura 11 - Taxa de desemprego por faixa etária na Região Sudeste (4º trimestre de 2012 a 2022)



Fonte: PNAD Contínua IBGE, 2023.

De acordo com a figura 11, percebe-se que as faixas etárias mais jovens, de 14 a 24 anos, possuem as maiores taxas de desemprego para a região. Isto reflete a entrada no mercado de trabalho formal, onde muitos jovens, ainda com pouca experiência buscam uma oportunidade nas empresas e indústrias nas grandes metrópoles do Sudeste. Destaca-se que a taxa total da região é similar a taxa da faixa

etária de 25 a 39 anos, o que retrata a participação desta faixa sobre o total da população.

Deve-se considerar aqui o alto nível da taxa de desemprego total, mantendo-se acima dos 10% praticamente todos anos após 2016. Para 2022 percebe-se uma inclinação, indicando uma redução e melhora na taxa para todas as faixas etárias, exceto para 60 anos ou mais.

Os anos de 2020 e 2021, devido a pandemia da COVID-19, não foram informados por região no site da PNAD Contínua. Deste modo para interpretação destes períodos, foi considerado o comparativo entre o saldo de empregos disponível no sistema CAGED. Os dados apresentados na tabela 8 demonstram o saldo entre admissões e desligamentos que ocorreram na Região Sudeste no último trimestre dos anos de 2019, 2020 e 2021.

Tabela 8 - Saldo de empregos formais por faixa etária na Região Sudeste (4º trimestre de 2019 a 2021)

	2019	2020	2021	Var. 20x19	Var. 21x20
Até 17	13.682	18.153	22.827	4.471	4.674
18 a 24	103.660	227.656	170.957	123.996	-56.699
25 a 29	-7.075	58.042	25.187	65.117	-32.855
30 a 39	-62.075	37.778	-12.058	99.853	-49.836
40 a 49	-55.015	4.410	-15.301	59.425	-19.711
50 a 64	-70.251	-41.050	-33.142	29.201	7.908
65 ou mais	-11.477	-12.380	-10.513	-903	1.867
<b>Total Geral</b>	<b>-88.551</b>	<b>292.609</b>	<b>147.957</b>	<b>381.160</b>	<b>-144.652</b>

Fonte: CAGED Estatístico e Novo CAGED. Tabulado pelo autor.

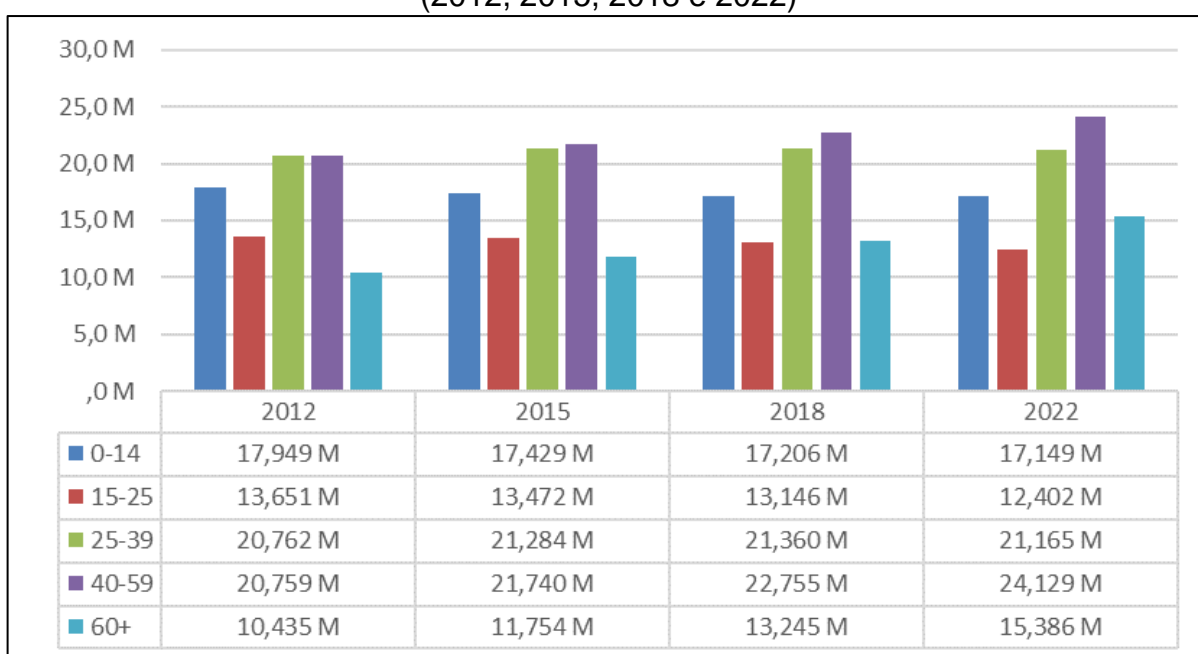
De acordo com a tabela 8, por ser a mais populosa do país, a região apresenta um saldo muito maior do que o apresentado nas outras regiões, especialmente o saldo total dos anos 2020 e 2021. Destaca-se nas variações o alto número de admissões em relação aos desligamentos para o ano de 2020, acarretando em um saldo positivo de 292.609 postos de trabalho. Em 2021, apesar de ter um saldo positivo de 147.957 postos de trabalho, a variação com relação em 2020 é de -144.652, representando um desaquecimento das contratações.

Quanto a análise por faixa etária, observa-se que para as faixas mais adultas a partir de 50 anos, houveram para todos períodos mais desligamentos do que admissões, ocasionando um saldo negativo. O saldo mais negativo ocorreu em 2019, para a faixa de 50 a 64 anos, que teve -70.251 postos de trabalhos naquele período. Para as faixas mais jovens, especialmente de 18 a 24 anos, nota-se um alto nível de

admissões, com o saldo sendo positivo em todos os períodos para as duas faixas etárias a partir de 17 anos.

Após analisados o saldo de empregos e a taxa de desemprego, buscou-se visualizar como é formada a população da região de acordo com a faixa etária de modo a saber o número de pessoas impactadas pelos dados já citados. Neste sentido, a figura 12 apresenta o número populacional por faixa etária da Região Sudeste para os anos de 2012, 2015, 2018 e 2022.

Figura 12 - População por faixa etária na Região Sudeste  
(2012, 2015, 2018 e 2022)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE, Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2010-2060.

Conforme a figura 12, percebe-se uma leve redução no número de crianças de 0 a 14 anos, representando uma redução da taxa de natalidade para a região. Para as faixas etárias em idade economicamente ativa, destaca-se a grande redução no número de jovens de 15 a 25 anos, com o decréscimo de mais de 1 milhão e 200 mil pessoas de 2012 para 2022.

Junto com este cenário de diminuição na oferta de trabalho, soma-se o aumento de pessoas com idade na faixa de 60 anos ou mais. Nessa faixa etária, o percentual de crescimento da população é de 47%, saindo de 10 milhões e 400 mil pessoas aproximadamente para 15 milhões e 400 mil aproximadamente, um aumento de praticamente 5 milhões de pessoas que restam pouco tempo de prestação de serviço ou já aposentadas.

#### 4.1.5 Região Sul

A Região Sul é formada pelos seguintes estados: Rio Grande do Sul (RS), Santa Catarina (SC) e Paraná (PR). É caracterizada pela forte presença europeia na arquitetura, culinária e formação econômica, devido a imigração de, principalmente alemães e italianos, durante os séculos XIX e XX. Possui a menor extensão territorial de todas as regiões, com 564 mil km<sup>2</sup>, aproximadamente 7% do território brasileiro. Entretanto, possui a terceira maior população, com cerca de 30 milhões de habitantes, resultando na segunda maior densidade demográfica do Brasil, com aproximadamente 53,19 habitantes por km<sup>2</sup> (MATIAS, 2023d).

Diferentemente do Sudeste e do Nordeste, as terras que hoje formam a Região Sul não foram prontamente ocupadas no início da colonização portuguesa. As condições climáticas desfavoráveis para o plantio de produtos tropicais, e a não presença de minérios, como ouro e prata, faziam com que a região não oferecesse possibilidade de exploração comercial, mineral ou agrícola que oferecessem lucros para a metrópole. Somente no século XVIII, a região passou a ser ocupada e começou a se desenvolver economicamente, com a doação de terras para imigrantes europeus por parte da Coroa portuguesa, especialmente nas regiões montanhosas dos atuais estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e a formação de fazendas de gado nos Pampas para o fornecimento de charque para Minas Gerais (SENE, 2018).

Este atraso em seu desenvolvimento, ocasionou uma dependência de suas produções para a demanda da Região Sudeste. Os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina apesar de desenvolverem algum dinamismo em suas indústrias, em virtude das especializações agrícolas- erva-mate, banha, manteiga, produção de charque e trigo - enfrentou uma enorme concorrência no mercado interno, o que impossibilitou o crescimento econômico como ocorrido no Sudeste (REGO, 2011).

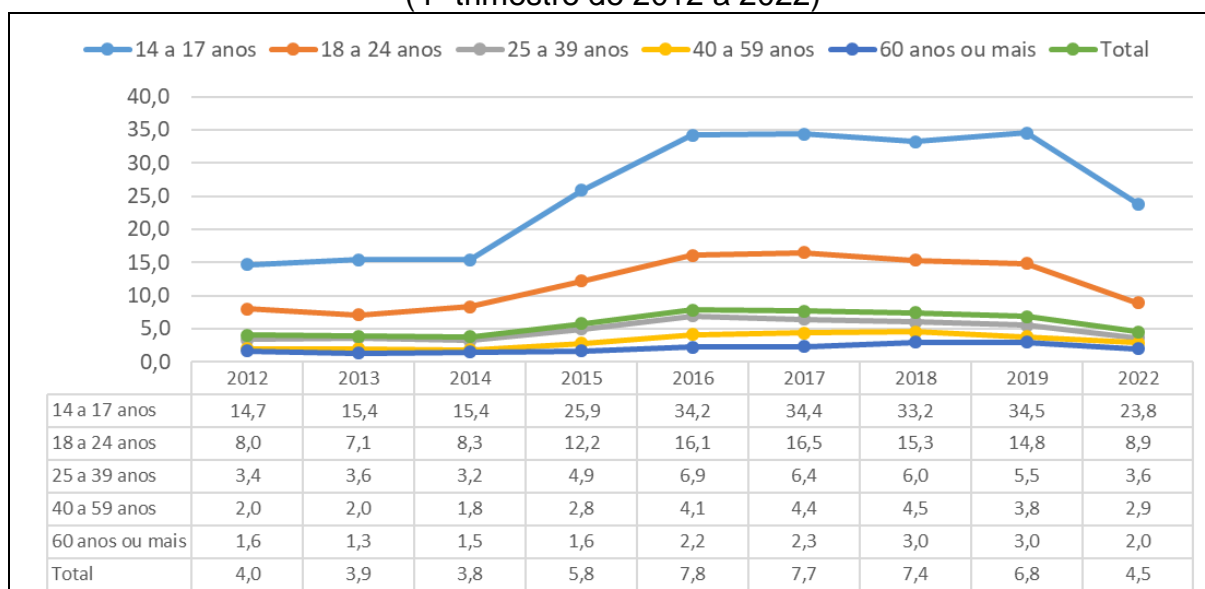
Seja pela dispersão e desconcentração de suas unidades produtivas, seja pelo problema da distância dos centros consumidores – a ligação ferroviária do Rio Grande do Sul a São Paulo só foi concluída em 1910 -, seja, ainda, pela forte concorrência de suas regiões vizinhas, o Extremo Sul não foi capaz de entrar numa dinâmica industrial autossustentada. Não é de se estranhar que sua participação industrial no país, que era de 19,9% de acordo com o censo de 1907, tenha ficado com apenas 13,8% no ano de 1939 (REGO, 2011, p. 233).

Apresentado este breve histórico a respeito da Região Sul, serão apresentados os dados de desemprego e número populacional por faixa etária da região, a fim de entender o impacto no desenvolvimento econômico e social.

#### 4.1.3.1 Desemprego e população na Região Sul

Para poder avaliar a taxa e a população afetada pelo desemprego, buscou-se entender primeiramente como comporta-se a taxa de desemprego na região para as diferentes faixas etárias. Com isso, a figura 13 representa a taxa de desemprego do 4º trimestre de 2012 a 2022 da Região Sul para cada faixa etária.

Figura 13 - Taxa de desemprego por faixa etária na Região Sul (4º trimestre de 2012 a 2022)



Fonte: PNAD Contínua IBGE, 2023.

Analisando-se a figura 13 percebe-se uma alta taxa de desemprego para as gerações mais novas em relação às mais velhas. Destaca-se um aumento da taxa para todas faixas etárias a partir de 2015, porém nos anos de 2019 e 2022 já se observa uma redução, demonstrando uma recuperação nas contratações no mercado de trabalho formal. Para a taxa total, observa-se que em muitos períodos esteve abaixo dos 5%, indicando um baixo nível de desemprego na região.

Comparando a figura 11 com a figura 13, percebe-se que a Região Sul possui níveis menores de desemprego em relação a Região Sudeste, apesar de no Sudeste haver uma concentração maior de empresas e indústrias. Isto demonstra a alta



concentração populacional, em contraste com a Região Sul, que possui menos população.

Para os anos de 2020 e 2021 não há a informação da taxa de desemprego por região disponível na PNAD Contínua, deste modo utilizou-se de outro meio para análise. Adotou-se o sistema CAGED para interpretação do saldo de empregos na região no último trimestre dos anos: 2019, 2020 e 2021. A tabela 9 apresenta o saldo de empregos da Região Sul.

Tabela 9 - Saldo de empregos formais por faixa etária na Região Sul  
(4º trimestre de 2019 a 2021)

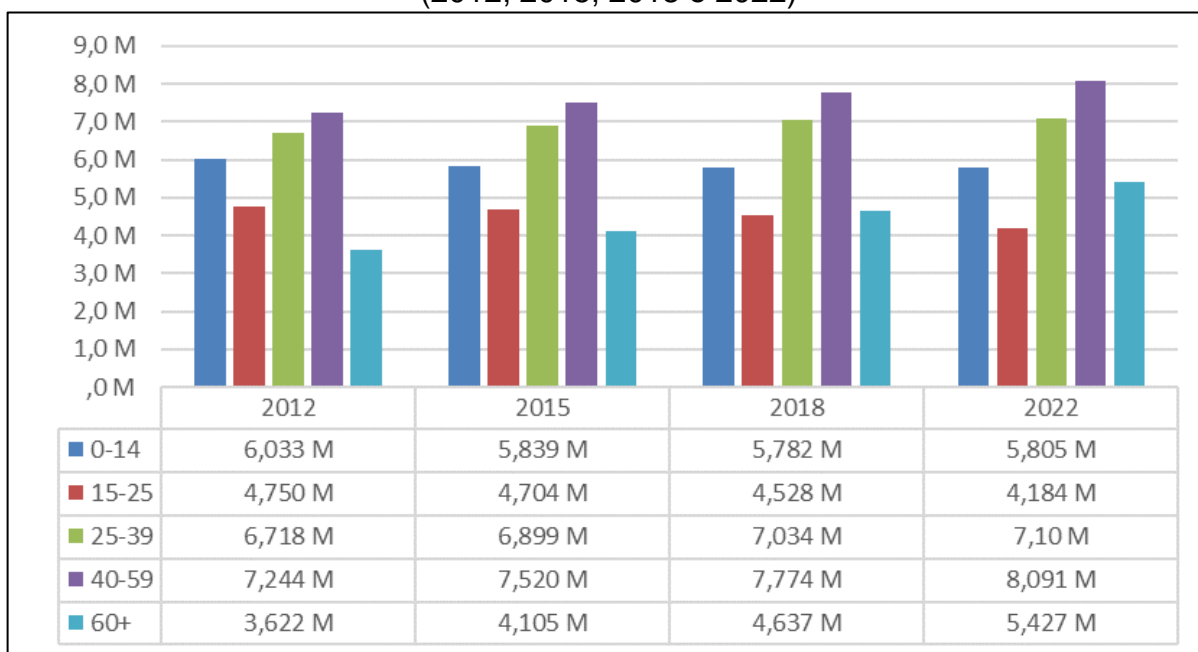
	2019	2020	2021	Var. 20x19	Var. 21x20
Até 17	-962	9.519	8.029	10.481	-1.490
18 a 24	35.729	86.655	42.917	50.926	-43.738
25 a 29	393	22.431	-647	22.038	-23.078
30 a 39	-10.856	19.702	-10.805	30.558	-30.507
40 a 49	-10.468	10.545	-6.582	21.013	-17.127
50 a 64	-19.950	-8.623	-9.794	11.327	-1.171
65 ou mais	-3.348	-3.140	-2.555	208	585
<b>Total Geral</b>	<b>-9.462</b>	<b>137.089</b>	<b>20.563</b>	<b>146.551</b>	<b>-116.526</b>

Fonte: CAGED Estatístico e Novo CAGED. Tabulado pelo autor.

Conforme a tabela 9, observa-se que para 2020 teve-se um alto número de admissões em comparação com desligamentos, resultando em um saldo positivo de 137.089 postos de trabalhos. Nota-se que para as faixas etárias mais adultas, a partir dos 50 anos ou mais, somente obteve-se saldos negativos para a série, o que significa um número maior de desligamentos quanto a admissões. Para as faixas mais jovens, de 17 a 29 anos, somente em duas ocasiões teve-se saldo negativo: em 2019 para até 17 anos, com -962 postos de trabalhos e em 2021 para pessoas de 25 a 29 anos, com -647 postos de trabalhos.

Após analisado o desemprego por faixa etária na região, será feita uma análise do número populacional também por faixa etária, para se poder entender não somente o número de pessoas impactadas por estas taxas, mas como a distribuição percentual por faixa impacta no mercado de trabalho formal. Deste modo, a figura 14 apresenta a população por faixa etária na Região Sul para os anos de 2012, 2015, 2018 e 2022.

Figura 14 - População por faixa etária na Região Sul (2012, 2015, 2018 e 2022)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE, Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2010-2060.

De acordo com a figura 14, percebe-se uma evolução no número populacional para as faixas etárias mais adultas. Para a faixa de 60 anos ou mais, o crescimento de 2012 para 2022 é de aproximadamente 50%, saindo de 3,622 milhões de pessoas para 5,427 milhões. Por outro lado, a faixa de 15 a 25 anos sofreu uma redução de aproximadamente 12%, saindo de 4,750 milhões de pessoas para 4,184 milhões.

Esta transição da concentração da população de gerações mais jovens para mais adultas impacta diretamente no mercado de trabalho, alterando o lado da oferta de trabalho. Com isso, é importante avaliar as variações da participação de cada faixa etária, tendo em vista a oferta de trabalho disponível para as empresas e indústrias de cada região.

#### 4.2 PROJEÇÕES PARA PIRÂMIDE ETÁRIA: IMPACTOS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

A análise das projeções da população será dada através dos dados do IBGE desenvolvidos pela Coordenação de População e Indicadores Sociais. Estas projeções foram estimadas em 2018 com base no censo de 2010, último censo divulgado até 2023. Destaca-se que a projeção considera não somente as taxas de fecundidade e mortalidade, mas também o efeito migratório natural que o indivíduo

realiza em busca de oportunidade de emprego e moradia. Como metodologia o instituto considera o seguinte:

Para projetar as populações do Brasil e das Unidades da Federação foi utilizado o método das componentes demográficas, o qual incorpora as informações sobre as tendências observadas da mortalidade, da fecundidade e da migração em nível nacional e regional. Neste método, interagem as variáveis demográficas seguindo as coortes de pessoas ao longo do tempo, expostas às leis de fecundidade, mortalidade e migração. Para tanto, é necessário que se produzam estimativas e projeções dos níveis e padrões de cada uma destas componentes (IBGE, 2018).

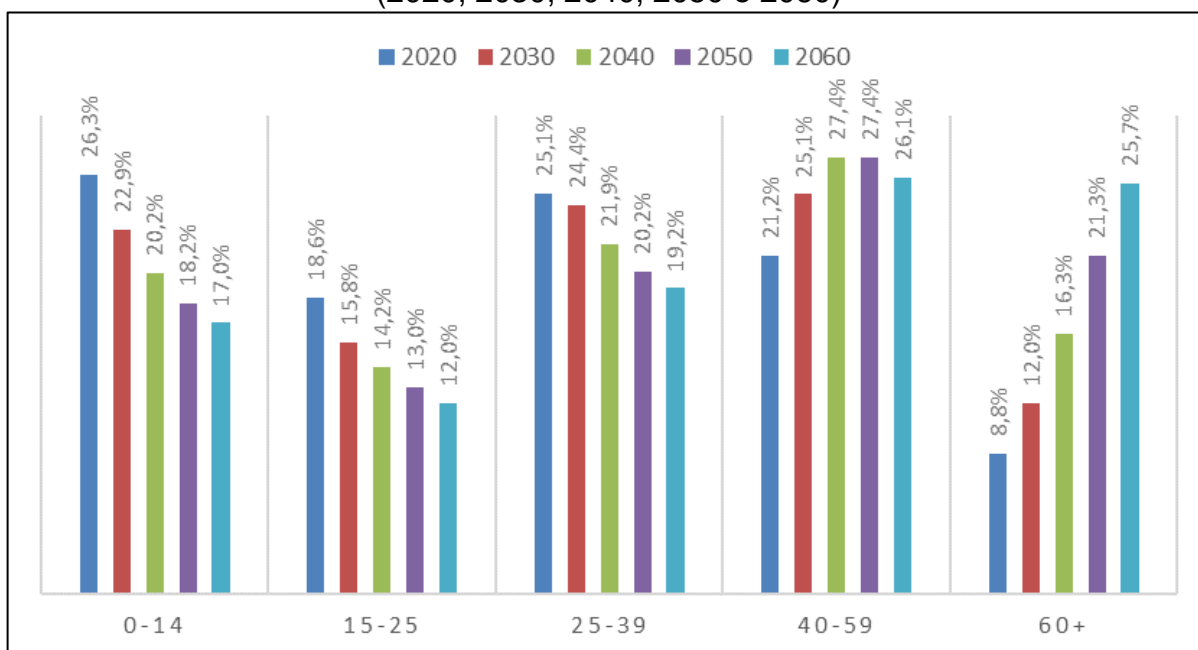
Os dados obtidos foram organizados para a obtenção de figuras para a análise comparativa do percentual de participação de cada faixa etária nas diferentes regiões do Brasil. Para uma melhor visualização das variações da participação percentual de cada faixa etária, a análise é feita por décadas, sendo elas: 2020, 2030, 2040, 2050 e 2060, último período informado pelo instituto.

#### **4.2.1 Impacto da nova estrutura etária sobre o mercado de trabalho das regiões brasileiras**

O entendimento do número populacional, especialmente nas faixas etárias mais jovens, é essencial para que a região ofereça às indústrias e empresas mão de obra e que assim propicie o desenvolvimento e crescimento econômico. Deste modo, a seguir, serão analisadas a participação de cada faixa etária para as próximas décadas nas diferentes regiões do Brasil.

A análise inicia-se pela Região Norte, apresentando a evolução da participação de cada faixa etária. A figura 15 apresenta os dados desta região para os anos de 2020, 2030, 2040, 2050 e 2060.

Figura 15 - Projeção da participação % das diferentes faixas etárias na Região Norte (2020, 2030, 2040, 2050 e 2060)



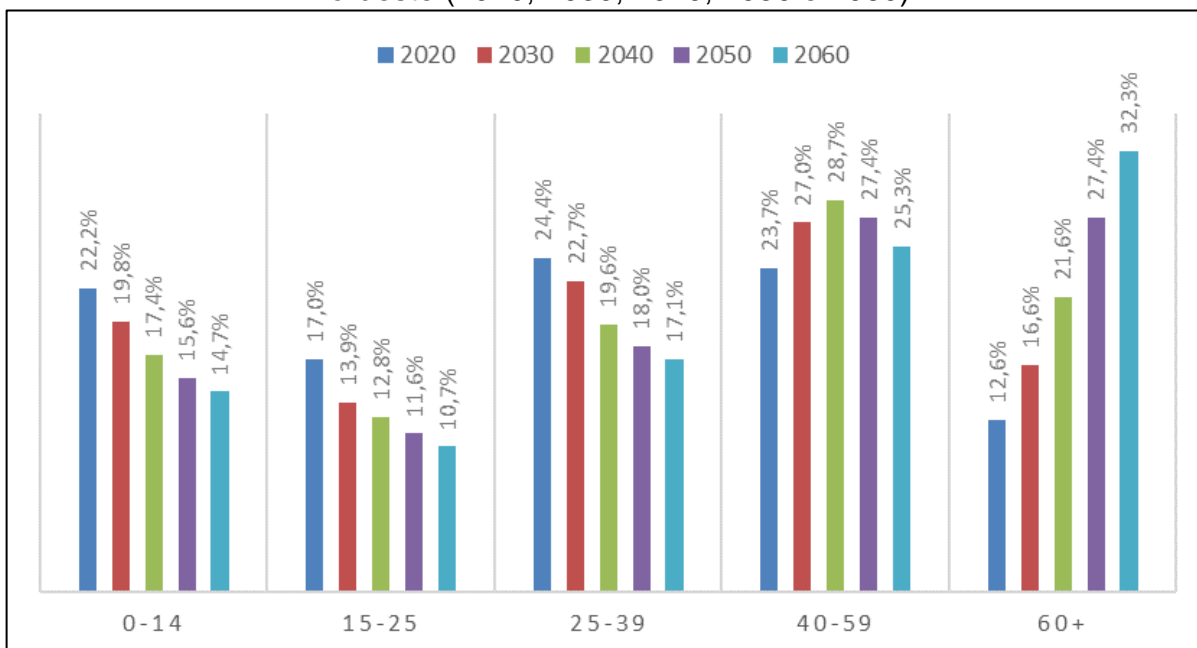
Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE, Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2010-2060.

Conforme a figura 15, destaca-se que a Região Norte apresenta quedas consecutivas para a participação da faixa etárias mais jovens. De 0 a 14 anos se tem uma variação na participação de 26,3% para 17,0%, já para 15 a 25 anos, em 2020 a participação foi de 18,6% e projeta-se que para 2060 será de 12,0%. Estas variações retratam uma diminuição de crianças e adolescentes, alterando a quantidade de oferta de novos profissionais no mercado de trabalho.

Por outro lado, a faixa de 40 a 59 anos, apresenta uma participação estável, com leve crescimento, saindo de 21,2% para 26,1%. Isto demonstra um equilíbrio no número de pessoas nesta faixa etária para a região, o que para o mercado de trabalho é bom, considerando que esta faixa etária apresenta níveis menores de desemprego historicamente em relação às faixas mais jovens. Destaca-se por fim, o crescimento da faixa etária de 60 anos ou mais, com a alteração de 8,8% de participação em 2020 para 25,7% em 2060. Esse grande aumento no número de pessoas idosas, reflete em uma preocupação para o sistema público quanto a saúde e aposentadorias.

A figura 16 apresenta a projeção para a Região Nordeste, buscando entender as variações na oferta de trabalho e a participação das faixas etárias mais adultas.

Figura 16 - Projeção da participação % das diferentes faixas etárias na Região Nordeste (2020, 2030, 2040, 2050 e 2060)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE, Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2010-2060.

Assim como para o Norte, percebe-se para a Região Nordeste, conforme a figura 16, uma diminuição da participação das faixas etárias mais jovens (crianças e adolescentes). Para a faixa de 0 a 14 anos, a participação em 2020 foi de 22,2% e projeta-se que seja 14,7% em 2060, enquanto para faixa de 15 a 25 anos, a participação altera-se de 17,0% para 10,7%. Também se destaca o aumento da participação de 60 anos ou mais, de 12,6% em 2020 para 32,3% em 2060, e a estabilidade da faixa de 40 a 59 anos, com 23,7% em 2020 e 25,3% em 2060.

A seguir será apresentada a figura 17 com a projeção para a Região Centro-Oeste para o mesmo período.

Figura 17 - Projeção da participação % das diferentes faixas etárias na Região Centro-Oeste (2020, 2030, 2040, 2050 e 2060)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE, Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2010-2060.

Observa-se, conforme a figura 17, que a Região Centro-Oeste apresenta um crescimento para a participação da faixa etária de 60 anos ou mais, alterando-se de 12,0% em 2020 para 29,1% em 2060. Para as faixas etárias mais jovens, destaca-se a queda apresentada nas faixas de 0 a 14 anos, alterando-se de 21,8% em 2020 para 15,5% em 2060, e 15 a 25 anos, que tem em 2060, somente 11,3% da participação da população. A faixa etária de 40 a 59 anos apresenta-se estável, com a alteração de 25,5% em 2022 para 25,2% em 2060.

Figura 18 - Projeção da participação % das diferentes faixas etárias na Região Sudeste (2020, 2030, 2040, 2050 e 2060)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE, Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2010-2060.

Observa-se para a Região Sudeste, conforme a figura 18, que o comportamento das faixas etárias se assemelha ao das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com um aumento da participação das faixas etárias mais adultas até idosas e uma queda nas faixas mais jovens (crianças e adolescentes). Entretanto, como já demonstrado anteriormente, a Região Sudeste por ter tido um desenvolvimento econômico e social maior em relação às demais regiões, possui já em 2022 um percentual menor da participação das faixas mais jovens em relação às mais adultas, indicando uma menor taxa de natalidade em relação às demais regiões.

Por outro lado, reflete-se nesta região, uma maior participação das faixas mais adultas, especialmente de 60 anos ou mais. Enquanto para o Norte (8,8%), Nordeste (12,6%) e Centro-Oeste (12,0%) as taxas encontram-se abaixo de 15% para o ano de 2020, no Sudeste ela representa 16,1% sobre o total da população. Este fato, indica uma menor oferta de mão de obra na região, onde possui a maior concentração de empresas e indústrias, significando uma oportunidade de migrações de outras regiões para busca de emprego no Sudeste.

A seguir, por final, apresenta-se a figura 19 com projeção da participação de cada faixa etária para a Região Sul.

Figura 19 - Projeção da participação % das diferentes faixas etárias na Região Sul (2020, 2030, 2040, 2050 e 2060)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE, Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2010-2060.

A partir da análise da figura 19, percebe-se que a Região Sul, terá em 2060, conforme projetado, a faixa etária de 60 anos ou mais como a faixa com maior participação. Destaca-se aqui, que em relação às outras regiões, a Sul possui a maior projeção para esta faixa etária com 34,3%. Percebe-se que a participação da faixa etária de 0 a 14 anos possui uma queda menor, em comparação a Região Norte e Nordeste, por exemplo. Isto reflete uma estabilidade na taxa de natalidade para a Região Sul, enquanto para a Região Norte e Nordeste, a mesma tende a sofrer redução nas próximas décadas.

A análise do percentual inicial e sua variação ao longo dos períodos, destaca que regiões com menor desenvolvimento possuem maior participação ainda das faixas mais jovens, o que permite dizer que há uma tendência de maior oferta de mão de obra nestas regiões. Entretanto, percebe-se que para todas as regiões, o comportamento da participação das faixas etárias se assemelha, tendo uma baixa nas faixas etárias mais jovens e um aumento nas faixas etárias mais adultas.

Deste modo, o mercado de trabalho nas próximas décadas, deve sofrer com uma queda de oferta, refletindo a necessidade de uma evolução nos setores, exigindo maior uso de tecnologia, especialmente nas indústrias.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi elaborado com o propósito de analisar as taxas de desemprego e crescimento populacional do Brasil no século XXI, especificamente de 2012 até 2022, por regiões e como se comportam estas para as diferentes faixas etárias. Para que este objetivo fosse alcançado, buscou-se, através de base de dados pública, o histórico da taxa de desemprego e o número populacional de cada região por faixa etária.

A base teórica inicial se trata a respeito do trabalho, desde a origem da formação da palavra até as concepções teóricas desenvolvidas pelos principais pensadores econômicos da história até então. O histórico das teorias inicia-se com a escola clássica ainda no século XVIII, trazendo a visão de Adam Smith e David Ricardo, até a visão dos neoliberais no final do século XX. Este longo período de tempo e os pensamentos intelectuais de alguns dos maiores economistas, proporciona uma base para o entendimento da formação e aplicação das políticas públicas e da organização social ao longo do tempo. Destacou-se também as teorias acerca da população, com destaque para o economista Thomas Malthus.

Após expostas as principais ideias acerca de trabalho e população nas teorias econômicas, foram definidos os principais conceitos e definições quanto a organização do mercado de trabalho e crescimento populacional. Quanto ao mercado de trabalho esclareceu-se a divisão entre o mercado de trabalho formal e informal, as óticas e o comportamento do mesmo. Além disso, foram demonstradas as principais taxas analisadas e estudadas pelos economistas neste setor, como a taxa de desemprego e ocupação. No que se refere a população, demonstrou-se como se deu a formação da pirâmide etária no Brasil e o fluxo de migrações internas.

A elaboração do estudo iniciou-se com a caracterização de cada região do Brasil, seguida da apresentação dos dados objeto deste trabalho, taxa de desemprego e população por faixa etária, com a respectiva análise. Buscou-se evidenciar as faixas etárias mais impactadas pelo desemprego e a participação de cada uma no número populacional total de cada região para o período entre 2012 e 2022.

Esclareceu-se com a pesquisa que para ambas as regiões, as faixas etárias mais jovens, dos 14 aos 24 anos, são as que sofrem maior impacto pelo desemprego, confirmando-se a hipótese principal. Entende-se que para estas pessoas, a inserção no mercado de trabalho é vista como uma dificuldade, com muitas tendo pouca

experiência e conhecimento em relação às atividades demandadas. Neste sentido, ressalta-se o número de pessoas impactadas e que devem ter a atenção e preocupação dos governos para receberem oportunidades de especialização durante ou após o término do ensino médio, para que com isso se tenha um aumento da absorção desta mão de obra no mercado de trabalho formal.

Outro fato evidente com os dados apresentados, é a baixa taxa de desemprego para as faixas etárias mais adultas. Em todas as regiões observou-se que a partir dos 40 anos, a taxa de desemprego se apresentou menor do que a taxa total. Além disso, destaca-se que para todas as regiões, a participação percentual do número populacional da faixa etária acima dos 60 anos será maior em 2060 do que foi em 2020, resultando em um número maior de pessoas em idade de aposentadoria, diminuindo a oferta de trabalho e aumentando a necessidade de investimentos em saúde e previdência social.

Conforme a hipótese 4, esperava-se que as regiões com menor valor de PIB tivessem as maiores taxas de desemprego. Entretanto, conforme observado na tabela 3, o Sudeste possui a maior participação na produção nacional, e taxas de desemprego, conforme figura 11, acima dos 10%, mais altas que na Região Sul, por exemplo. Deste modo, o trabalho evidencia que não necessariamente um maior nível de produção auxilia na oferta de emprego, mas sim um equilíbrio entre oferta e demanda. Destaca-se neste ponto, a necessidade de estudo quanto aos fluxos migratórios para a Região Sudeste, os quais podem ocasionar esta alta oferta de mão de obra, ao mesmo tempo que para outras regiões desestimula o desenvolvimento industrial.

O trabalho pôde avaliar a taxa de desemprego e o número populacional de cada região do Brasil de 2012 a 2022, atingindo o objetivo principal. Verifica-se que os dados observados não tiveram uma relação positiva. Ou seja, para ambas regiões se teve um crescimento populacional, contudo a taxa de desemprego elevou-se, especialmente a partir de 2015. Portanto, demonstra um aumento do número de pessoas impactadas pelo desemprego, o que gera preocupação quanto ao desenvolvimento social do país. Quanto ao desenvolvimento econômico, ressalta-se a oportunidade da oferta de mão de obra não aproveitada neste período, o que representa que o PIB potencial não foi plenamente atingido.

As perspectivas para o futuro denotam uma melhora nesse cenário, por dois principais motivos: para todas regiões observou-se que o saldo de empregos foi

positivo, ou seja, houve um maior número de admissões do que desligamentos para o último trimestre de 2020 e 2021, e queda da taxa de desemprego em comparação do último trimestre de 2019 com 2022. Estes fatores representam um aquecimento no mercado de trabalho formal brasileiro, o qual deve ser mantido nos próximos anos, aproveitando o cenário de bônus demográfico em que o país se encontra.

## REFERÊNCIAS

7 BILHÕES DE HABITANTES NO MUNDO. **Transição demográfica**. Disponível em: <https://7bilhoes.wordpress.com/2011/11/16/transicao-demografica/>. Acesso em: 15 out. 2022.

ALVES, J.E.D. **A polêmica Malthus versus Condorcet reavaliada à luz da transição demográfica**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2002. Disponível em: <http://sociales.cchs.csic.es/jperez/pags/Teorias/Textos/Diniz2002.pdf>

ANDRADE, Manuel Correia de. **Sertão ou Sertões: uma homenagem a Euclides da Cunha**. In: SILVA, José Borzacchiello da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; ZANELLA, Maria Elisa; MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade (Orgs.). Litoral e Sertão, natureza e sociedade no nordeste brasileiro. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.

BORJAS, George J.. **Economia do trabalho**. Porto Alegre: Grupo A, 2012. E-book. ISBN 9788580550641. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580550641/>. Acesso em: 24 mai. 2023.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **CAGED estatístico**. Disponível em: [https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_estatistico\\_id/caged\\_estatistico\\_basico\\_tabela.php](https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_estatistico_id/caged_estatistico_basico_tabela.php). Acesso em: 27 mai. 2023.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **NOVO CAGED**. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiNWl5NWl0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDE1YWI2IiwidCI6IjNlYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9&pageName=ReportSectionb52b07ec3b5f3ac6c749>. Acesso em: 27 mai. 2023.

BRUE, S. L; GRANT, R. R. **História do pensamento econômico**. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

CASTRO, C. N. **A agropecuária na região norte: limitações e desafio futuros**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

CHAHAD, José Paulo Zeetano. **Mercado de trabalho: conceitos, definições e funcionamento**. In: PINHO, Diva Benevides; VASCONCELOS, Marco Antonio S. de; TONETO JUNIOR, Rudinei (Orgs.). Manual de economia. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. **Economia & Trabalho: textos básicos**. Campinas: Unicamp, 1998.

EMPRESÔMETRO. **Novo estudo do empresômetro mostra que Sudeste Brasileiro é referência em produção de softwares de gestão**. Disponível em: <https://blog.empresometro.com.br/novo-estudo-empresometro-mostra-que-sudeste-brasileiro-e-referencia-em-producao-de-softwares-de-gestao/>. Acesso em: 27 mai. 2023.

FUSFELD, Daniel R.. **A era do economista**. São Paulo: Saraiva, 2001.

G1. **Desempenho do PIB do Brasil em 2021 fica em 21º em ranking com 34 países.** Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/03/04/desempenho-do-pib-do-brasil-em-2021-fica-em-15o-em-ranking-com-25-paises.ghtml>. Acesso em 21 mar. 2022.

GENNARI, Adilson Marques; OLIVEIRA, Roberson de. **História do pensamento econômico.** Editora Saraiva, 2009. E-book. ISBN 9788502117327. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502117327/>. Acesso em: 24 mai. 2023.

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** São Paulo: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559771653. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/>. Acesso em: 27 mai. 2023.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Mercado de trabalho no Nordeste: 2000-2010: avanços e desafios.** In: GUIMARÃES, Paulo Ferraz. et al (Org.). Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014. p. [420]-452

HUNT, E K.; LAUTZENHEISER, Mark. **História do Pensamento Econômico: Uma Perspectiva Crítica.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2012. E-book. ISBN 9788595159143. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595159143/>. Acesso em: 16 mai. 2023.

IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Projeções da população: Brasil e unidades de federação.** Rio de Janeiro: IBGE, 2. ed., 2018.

IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Taxa de desocupação, por idade, 1º trimestre 2012 – 1º trimestre 2023.** Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm\\_source=landing&utm\\_medium=explica&utm\\_campaign=desemprego](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego). Acesso em: 27 mai. 2023.

LACERDA, Antônio Corrêa D. **Economia brasileira.** São Paulo: Editora Saraiva, 2018.

MACHADO, Maria Rita. **O processo histórico do desmatamento do Nordeste Brasileiro: impactos ambientais e atividades econômicas.** Recife: Revista de Geografia, v. 23, n. 2, p. 123-134, 2008.

MATIAS, Átila. **Geografia do Brasil: Região Nordeste.** Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/regiao-nordeste.htm>. Acesso em 24 abr. 2023a.

MATIAS, Átila. **Geografia do Brasil: Região Norte.** Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/regiao-norte.htm>. Acesso em 19 abr. 2023b.

MATIAS, Átila. **Geografia do Brasil: Região Sudeste.** Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/regiao-sudeste.htm>. Acesso em 08 mai. 2023c.

MATIAS, Átila. **Geografia do Brasil: Região Sul.** Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/regiao-sul.htm>. Acesso em 21 mai. 2023d.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788597008821. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/>. Acesso em: 27 mai. 2023.

MIRAGAYA, Julio Flavio Gameiro. **O desempenho da economia na Região Centro-Oeste**. In: CAVALCANTI, Isabel Machado et al. (Org.). Um olhar territorial para o desenvolvimento: Centro-Oeste. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, p. 424-452, 2014.

NASCIMENTO, Luiz Paulo D. **Elaboração de projetos de pesquisa: Monografia, dissertação, tese e estudo de caso, com base em metodologia científica**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2016. E-book. ISBN 9788522126293. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522126293/>. Acesso em: 27 mai. 2023.

OLIVEIRA, Sidinei Rocha de; PICCININI, Valmiria Carolina. **Mercado de trabalho: múltiplos (des) entendimentos**. Revista de Administração Pública, v. 45, n. 5, p. 1517-1538, 2011.

ONU. **Dados Brasil aplicativo UNData**. Disponível em: <https://data.un.org/en/iso/br.html>. Acesso em 01 abr. 2023.

ONU, Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais – Divisão da População. **Perspectivas da população mundial 2022** Disponível em: <https://population.un.org/wpp/Graphs/DemographicProfiles/Pyramid/76>. Acesso em: 27 mai. 2023.

ORMOND, José Geraldo Pacheco; PAULA, Sergio Roberto Lima de; FAVERET FILHO, Paulo de Sá Campello. **Café: (re) conquista dos mercados**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 10, p. 3-55, set. 1999

PATARRA, N. L. **Movimentos migratórios no Brasil: tempo e espaços**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2003.

REBÊLO, Felipe Cesar. **Clássicos, marxistas e marginalistas: uma análise econômico-jurídica**. Revista Publicum, v. 3, n. 2, p. 106-133, 2017.

REGO, José M. **Formação econômica do Brasil - 1ª edição**. São Paulo: Editora Saraiva, 2011. E-book. ISBN 9788502122260. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502122260/>. Acesso em: 08 mai. 2023.

REIS, Jair Teixeira dos. **História do Trabalho e seu conceito**. 2002. Disponível em: <https://revistas.newtonpaiva.br/redcunp/wp-content/uploads/2020/05/PDF-D6-10.pdf>. Acesso em: 04 set. 2022.

RIGOTTI, J.I.R. **Transição Demográfica. Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 467-490, 2012.

SENE, Eustáquio de; MOREIRA, João Carlos. **Geografia geral e do Brasil, 7º ano: ensino fundamental, anos finais**. São Paulo: Scipione, 2018. Disponível em:

[https://storage.googleapis.com/edocente-content-production/PNLD/PNLD\\_2020/GEOGRAFIA\\_GERAL\\_BRASIL/7ANO/PNLD2020\\_Geografia\\_Geral\\_Brasil\\_7ano\\_PR.pdf](https://storage.googleapis.com/edocente-content-production/PNLD/PNLD_2020/GEOGRAFIA_GERAL_BRASIL/7ANO/PNLD2020_Geografia_Geral_Brasil_7ano_PR.pdf). Acesso em 01 mai. 2023.

SILVEIOL, Aline C.; GOIS, Gabriela R. **Geografia da População**. Porto Alegre: Grupo A, 2020. E-book. ISBN 9786556900780. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556900780/>. Acesso em: 13 out. 2022.

VASCONCELLOS, M.A.S.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

VASCONCELOS, A.M.N; GOMES, M.M.F. **Transição demográfica: a experiência brasileira. Epidemiologia e Serviços de Saúde**. Brasília, v. 21, n. 4, p. 539-548, dez. 2012.